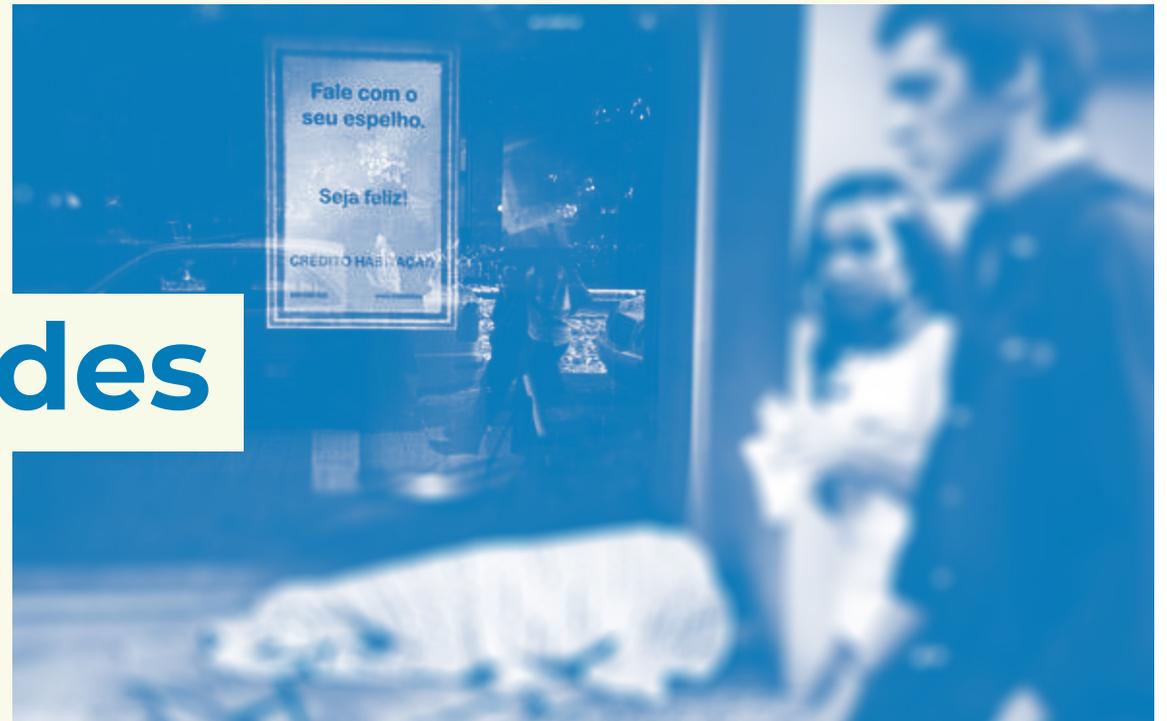


julho 2022

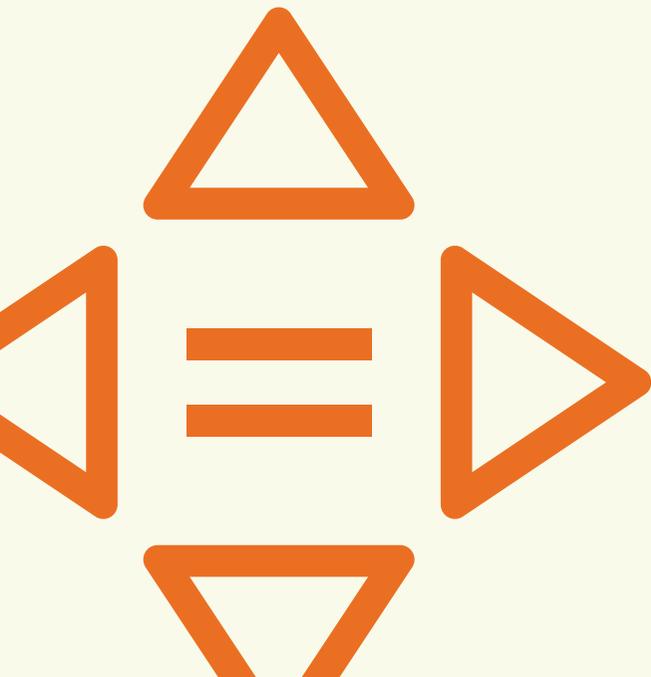
Estudo Formativo  
ED-Comunicar:  
do Conhecimento  
à Mobilização

A urgência  
de ler o mundo:

# Pobreza e Desigualdades



© Paulo Pimenta



# A coleção Estudos Formativos ED-Comunicar

*A urgência de ler o mundo – Estudos Formativos ED-Comunicar* é uma coleção de seis estudos de Educação para o Desenvolvimento e Cidadania Global (EDCG). Convida a renovar e atualizar o olhar sobre realidades e questões nevrálgicas que, não sendo novas, permanecem como desafios estruturais das sociedades globalizadas em que vivemos hoje: Pobreza e Desigualdades; Justiça Social; Desenvolvimento; Interdependências e Globalização; Cidadania Global; Paz.

Os seis temas que serão tratados ao longo dos Estudos Formativos ED-Comunicar derivam do Referencial de Educação para o Desenvolvimento (2016), doravante designado Referencial de ED, documento orientador e de enquadramento da intervenção pedagógica da EDCG, na educação pré-escolar e ensinos básico e secundário. Assim, cada estudo procurará aprofundar e atualizar a forma como estes temas são tratados no Referencial de ED. Enquanto este foi especificamente concebido para educadores/as e escolas, esta série de seis estudos trazem propostas que

procuram alargar a abrangência do Referencial para novos públicos.

Esta coleção é um dos resultados do projeto “ED-Comunicar: do conhecimento à mobilização”, cofinanciado pelo Camões, I.P., coordenado pela ADRA Portugal e implementado em parceria com sete ONGD portuguesas: AIDGLOBAL, Associação Par – Respostas Sociais, Fundação Cidade de Lisboa, Fundação Gonçalo da Silveira, Instituto Marquês de Valle Flôr, Mundo a Sorrir e Rosto Solidário.

O objetivo central do projeto é promover a afirmação e apropriação da EDCG em Portugal, no sentido de contribuir para processos de transformação social com vista a uma sociedade mais democrática, participativa e justa. Dirige-se prioritariamente a atores do desenvolvimento, das organizações da sociedade civil, das autarquias e da comunicação social, bem como à população em geral.

# ÍNDICE

## I

### P. 8 **O que significa viver em pobreza?**

---

P. 9-11 *A pobreza vivida*

P. 12-15 *As visões académicas e institucionais*

P. 16-18 *E as desigualdades? Como interferem com a pobreza?*

P. 18-23 *E para si, leitor/a, o que é pobreza?*

## 2

### P. 24 **O cocktail pobreza e desigualdades**

---

P. 25-29 *A pobreza em números*

P. 30-31 *Mitos e factos*

P. 32-34 *Paradoxos e perplexidades*

P. 34-35 *Linhas Vermelhas*

## 3

### P. 36 **Não basta aliviar os sintomas, está na hora de tratar as causas**

---

P. 37-39 *Que causas?*

P. 40-43 *Que estratégias?*

P. 44-49 *Algumas perspetivas*

P. 4 **Glossário**

P. 4 **Agradecimentos**

P. 5 **Prefácio**

P. 5-7 *O porquê e o para quê de ler este estudo*

## 4

### P. 50 **O que está ao meu alcance fazer?**

---

P. 52-53 *Roteiro autorreflexivo pela lente de EDCG*

P. 54-55 *EDCG para agentes municipais e da sociedade civil*

P. 56-57 *EDCG para a Sociedade em geral*

P. 58 **Referências**

# Glossário

**ADRA** Associação Adventista para o Desenvolvimento, Recursos e Assistência  
**EAPN** European Anti-Poverty Network/Rede Europeia Anti-Pobreza  
**EDCG** Educação para o Desenvolvimento e Cidadania Global  
**ENED** Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento  
**FGS** Fundação Gonçalo da Silveira  
**IMVF** Instituto Marquês de Valle Flôr  
**INE** Instituto Nacional de Estatística  
**OCDE** Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico  
**ODS** Objetivos de Desenvolvimento Sustentável  
**OIT** Organização Internacional do Trabalho  
**ONGD** Organização Não Governamental para o Desenvolvimento  
**ONU** Organização das Nações Unidas  
**PNUD** Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento  
**PPONGD** Plataforma Portuguesa das ONGD  
**RSI** Rendimento Social de Inserção  
**UE** União Europeia

# Agradecimentos

A elaboração deste estudo radicou num processo de aprendizagem colaborativo com a parceria do projeto, alargado à participação de fóruns de auscultação e reflexão diversos, no sentido de incluir visões e linguagens plurais. As autoras gostariam de agradecer a todas as pessoas que contribuíram para alimentar a reflexão que deu forma a este estudo: Ana Castanheira (IMVF), Ana Luísa Martinho (A3S), Beatriz Braga (ADRA), Cármen Maciel (ADRA), Catarina Gonçalves (Rosto Solidário), Graça Lourenço (EAPN), Jordi Estivill (A3S), Jorge Cardoso (FGS), Júlio Paiva (EAPN), Joana Bastos (Câmara Municipal do Porto), Luísa Teotónio Pereira (especialista em EDCG), Maria Capucho (Mundo A Sorrir), Maria José Vicente (EAPN), Maria Vlachou (Acesso Cultura), Mónica Santos Silva (IMVF), Sandra Araújo (EAPN), Sandra Fernandes (FGS), Sérgio Aires (sociólogo, perito na área da pobreza e exclusão social), Sílvia Franco (FGS), Sofia Lopes (AIDGLOBAL), Rute Machado (Fundação Cidade de Lisboa), Vinícius Ramos (PAR-Respostas Sociais), Rute Serronha (AETP – Associação de Escolas do Torne e Prado).

## Prefácio

A indignidade da pobreza e da desigualdade! Há questões difíceis de enfrentar. Tanto que muitas pessoas preferem não as colocar, outras desistem após anos a lutar. Outras ainda encontram um lugar que não o do avassalamento, da anestesia, do ceticismo, do cinismo ou de outras emoções e sentimentos que redundam em inércia. Será que as minhas ações contribuem para aumentar ou diminuir estes problemas? Ou será que algumas vezes contribuímos para aumentar e outras para diminuir? Que poder temos nós, individual e coletivamente, para influenciar problemas com

tamanha complexidade e magnitude?

*E quem nos lê?*

*O que pensa sobre o assunto?*

*O que sente perante a pobreza e a desigualdade?*

*E como tende a agir (ou não) no seu dia a dia?*

Estas páginas são um convite a parar para revisar o olhar, o sentir e talvez mesmo a agir, sobre esta realidade.

*E o que a EDCG tem a ver com isto?*

O itinerário que aqui propomos convoca a esta descoberta.

## O Porquê e o Para Quê de Ler este Estudo

Mais um estudo sobre pobreza e desigualdades... Este poderá ser um pensamento que atravessa a mente de quem nos lê, particularmente entre aquelas pessoas que estão familiarizadas com o estudo, a intervenção ou a reflexão sobre estes temas. O convite à leitura é, no entanto, para todas as pessoas.

De facto, nos últimos anos a produção de informação e conhecimento sobre estes temas tem sido intensa. Quem menos debruçou a sua atenção sobre os mesmos, poderá encontrar hoje dificuldade em seleccionar a informação que mais lhe interessa, perante a abundância de fontes a nível nacional e internacional. Organizações internacionais como a ONU, a OIT, a OCDE ou o Banco Mundial, produzem há décadas estudos e estatísticas sobre estes fenómenos.



Para quem estuda estes assuntos, é com satisfação que encontra hoje um grande manancial de estatísticas, estudos, publicações, formações, conferências, podcasts, vídeos, filmes, campanhas de sensibilização... Informação e conhecimentos produzidos sob diferentes pontos de vista, com diferentes objetivos e dedicando-se a subtemas específicos.

Concretamente, em Portugal, pensamos ser importante assinalar o caminho percorrido desde a década de 1980, quando surgiram os primeiros estudos académicos sobre pobreza pela autoria de Manuela Silva, Alfredo Bruto da Costa, José Pereirinha, entre outros. Estudos em que as questões então colocadas eram de carácter exploratório, tais como as de responder a como definir e medir a pobreza, ou qual é o nível de pobreza e quais as características do fenómeno em Portugal. Hoje estamos, claramente, noutra patamar de questionamentos, quer sobre a pobreza em Portugal, quer no mundo.

Qual então o propósito deste estudo? Interessamo-nos apresentar uma visão atualizada sobre os temas a partir da informação e do conhecimento mais recentes. Sim. Mas interessamo-nos ainda mais a partilha da busca de respostas e o convite à reflexão sobre como podemos hoje enfrentar a complexidade de

diversos fenómenos tais como os da pobreza e das desigualdades. Assim, não se trata primeiramente de apresentar novos dados estatísticos ou resultados de novas investigações e linhas de reflexão académica. São muitas as instituições e estudiosos que se dedicam de forma especializada a esta tarefa fundamental para conhecermos a realidade dos fenómenos sociais em causa.

**A nossa proposta é instigar novos e múltiplos olhares sobre o mundo, convidando a um questionamento individual e coletivo sobre os nossos sistemas de valores e conhecimentos.**

Convidar a que cada pessoa parta da sua experiência e, através do contacto com os recursos aqui apresentados, **se desafie a refletir, dialogar, aprender e contribuir para enfrentar os desafios coletivos que vivemos.** Para que, no contexto complexo de informação e desinformação massiva que se tem acentuado nos últimos anos, não prevaleçam a impotência, a inércia ou mesmo sentimentos e comportamentos destrutivos.

E como foi feito este estudo? Por quem? Quem é este nós que as linhas anteriores evocam?

O nós evocado neste estudo começou por ser a parceria de ONGD promotora do projeto “ED-Comunicar: do conhecimento à mobilização”, com o cofinanciamento do Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, I.P., ao qual se juntou a A3S para a elaboração de seis estudos formativos de EDCG.

O enunciado de partida ganhou forma no debate entre a A3S e a parceria promotora. Foi o de saber como podemos olhar hoje para diferentes temas, a partir da “lente”, dos processos de questionamento crítico e aprendizagem que caracterizam a abordagem da EDCG. Ou seja, a partir de uma lente de interpretação das realidades complexas que nos rodeiam, reconhecendo o mundo globalizado em que vivemos, com todas as suas urgentes e excecionais oportunidades e ameaças, procurar construir respostas que visam alcançar um maior equilíbrio social, económico e ambiental.

**Como podemos lançar sementes de regeneração, de transformação social, de um cuidado com os outros humanos e o planeta em geral?**

A resposta é um caminho: alargando o nós. Fizemos pesquisa bibliográfica e documental sobre os temas e sobre a forma como estes têm vindo a ser tratados e comunicados nos últimos anos por várias fontes ao nível nacional e internacional: organizações governamentais e não governamentais; centros de investigação e autores consagrados no estudo dos temas. Entrevistámos um conjunto de pessoas identificadas pela A3S e pela parceria, especialistas nos temas e na área da comunicação. Debatemos uma versão final e intercalar de trabalho deste estudo com outros especialistas. Debatemos intensamente com a parceria.

O estudo “Pobreza e Desigualdades” é o primeiro de um conjunto de seis que serão realizados nesta coleção, *A urgência de ler o mundo – Estudos Formativos ED Comunicar*. Como separar e articular temas que se interligam tão profundamente? Como articular os temas em estudo com outros que têm vindo a assumir expressão relevante nos últimos anos tais como as alterações climáticas, a igualdade de género, a afirmação de novas identidades sexuais e de novas agendas por múltiplos movimentos sociais? Como prosseguir nos próximos estudos com ambição de transdisciplinaridade e de cruzamento de olhares e linguagens que nos guiou ao longo deste processo até ao mo-

mento? É neste caminho de aprendizagem que nos encontramos.

Esta publicação propõe às e aos leitores que se juntem a este itinerário de questionamento e aprendizagem. Não tem que concordar com o que aqui se apresenta.

### **O convite é para questionar os limites e as implicações do seu olhar e deixar-se envolver no seu próprio processo de aprendizagem.**

Cada profissional que se relaciona de forma direta ou indireta com estas questões, mas também cada cidadão e cidadã no seu dia a dia, pode na sua prática e no seu quotidiano apropriar-se, implementar e ampliar as indagações sugeridas ao longo deste documento, adequando aos seus próprios contextos.

O itinerário que aqui propomos começa por visitar os conceitos, no capítulo 1, não apenas do ponto de vista teórico, mas também do ponto de vista das suas vivências e significados.

*Quem define o que se entende por pobreza e desigualdade? O que já sabemos hoje sobre estas questões, após décadas de investigação, produção*

*estatística e debates? Não será a própria definição uma forma de delimitar em que termos se pode pensar e falar sobre estas questões? A delimitação destes ou doutros conceitos não serão uma forma de poder? Quem tem o poder de definir conceitos? De definir o que é a pobreza? E onde está cada um/a de nós nesta reflexão?*

No segundo capítulo, propomos avançar dos conceitos para o olhar sobre a realidade. Sobre números e configurações da pobreza e das desigualdades, sobre a prevalência de representações estereotipadas sem fundamentação em factos reais, sobre paradoxos e perplexidades e sobre os limites de insustentabilidade que nos ameaçam, humanidade e planeta.

O terceiro capítulo convida ao aprofundar do questionamento. *Porquê? Porque estamos na situação em que estamos? Porque continuamos a agir mais sobre as consequências da desigualdade e da pobreza do que sobre as suas causas? Que grandes linhas de pensamento e ação coexistem hoje perante estes desafios? E onde se posiciona cada um/a de nós perante os diferentes argumentos?*

Por último, no quarto capítulo, concentramo-nos na procura do que podemos nós fazer, individual e coletivamente, a partir de uma perspetiva de EDCG.

# I

## O que significa viver em pobreza?

---

**P. 9-11** *A pobreza vivida*

**P. 12-15** *As visões académicas e institucionais*

**P. 16-18** *E as desigualdades? Como interferem com a pobreza?*

**P. 18-23** *E para si, leitor/a, o que é pobreza?*

Começamos o nosso itinerário por questionar os conceitos e significados de pobreza, convocando três visões distintas: a das pessoas que a experienciam; as visões académicas e institucionais; e a perspectiva ativa de cada um/a de nós.

## A pobreza vivida

Quem melhor poderá explicar a pobreza? Poderemos compreender este fenómeno sem escutar quem o vive? Uma das mudanças nas abordagens recentes à pobreza é o reconhecimento da necessidade de ouvir e envolver as próprias pessoas que a experienciam na primeira pessoa.



**Tânia**

“Estar a depender de alguém, não. Nunca! Para mim é a coisa mais frustrante é estar a depender de alguém. Eu gosto de ter o meu trabalho, a minha rotina, ir para o meu trabalho, fazer o meu trabalho em condições e chegar ao final do mês e receber o meu salário. Isso de estar em casa para depender de alguém, isso não” – (Castro et al., 2012, p. 52).



“Quando a pessoa está desempregada – e está desempregada 1 mês, 2 meses 3 meses, 4 meses, 5 meses, 6 meses - não é só: “ah, a pessoa acomoda-se a ficar em casa e não quer retomar a vida lá fora”. Não tem muito a ver por aí. Tem a ver com: tu para saíres de casa tens que comer melhor, ou tens que levar comida, ou tens que comprar comida. Eu lembro-me de dizer que vinha almoçar a casa, dar a volta e esconder-me no jardim a comer a marmita que levava para ninguém ver o que é que eu comia, porque a gente não tem posses, especialmente no primeiro mês, a pessoa não tem posses! (...) Entretanto eu comecei a ter problemas com o trabalho por causa da maternidade, porque enquanto era fácil arranjar trabalho quando eu não tinha filhos, ou quando só tinha um, com o facto de eu chegar à entrevista e me perguntarem: “Tem filhos?” “Tenho três”. “Ah, pois, a gente depois contacta.” E a coisa ficava por ali. (...) A coisa mais horrível que já me disse-

ram foi uma técnica da ação social que me disse que se eu não podia trabalhar porque tinha que ficar com os meus filhos, que os desse para adoção. E nessa altura fiquei sem chão!

(...) Eu tive que chegar a um acordo comigo mesma: um mês eu pagava a renda e no outro mês eu pagava a água e luz e gás de dois meses e comida. E tinha que ir pedir comida às instituições – à Misericórdia, Cruz Vermelha, Cáritas – para poder dar alimentação aos meus filhos. E viver neste limbo mata-nos um bocadinho todos os dias, emocionalmente, psicologicamente e até mesmo fisicamente. Eu lembro-me que cheguei a um ponto em que eu tinha medo de dormir, eu tinha medo que algum carro me parasse à porta, eu tinha medo que alguém me tocasse à campainha. E eram ataques de pânico violentos! Eu tinha medo que os meus filhos fossem para a escola e que mos tirassem enquanto eles estavam na escola (...)

Ver este e outros testemunhos no documento “Eu sou”, de Filipe Gaspar e Bruno Moreira (EAPN, 2021)



“A principal necessidade minha era uma ocupação para a Clara [filha com deficiência] porque tendo a Clara uma ocupação, podia eu ter uma ocupação (...) Nunca tive apoio nesse sentido, nunca, nada. Portanto ela teve ensino integrado até ao 12º ano, com currículos alternativos, excelente! Só que depois chegou ao 12º ano e não havia resposta para estes miúdos.

O RSI penso que as pessoas consideram que é... um bodo aos pobres, é uma esmola, uma esmola que é dada ao pobrezinho, pobrezinho. E depois o pobrezinho, em vez de usar a esmola para comprar pão seco é capaz de comprar um croissant. Eu penso que as pessoas não perdoam é ver (riso seco) sinais exteriores de riqueza em quem recebe o RSI, sendo que essa riqueza pode ser comprar um croissant para um filho, ou um gelado num dia de verão. Não se pode andar num dia de verão a comer um gelado pela rua, porque vem um vizinho e vai fazer queixa. E vai fazer queixa!!! Porque vão fazer queixa à Segu-

rança Social! Portanto o RSI não é só fiscalizado pelo Estado, é fiscalizado pela vizinhança, pela própria comunidade. Mal, mas é fiscalizado. (...)

Se não tivesse recebido o RSI, provavelmente não estaria agora aqui a falar com vocês da mesma forma, de certeza absoluta que não. A minha [outra] filha não teria acabado o curso, eu talvez tivesse tido uma depressão profunda, eu não teria sobrevivido. De uma maneira ou de outra, eu não teria sobrevivido se não tivesse tido aquela ajuda».

Ver este e outros testemunhos na Grande reportagem SIC “O mínimo garantido?”, de 19 Maio de 2022, da jornalista Miriam Alves.

Certamente as vivências das situações de pobreza não são iguais para todas as pessoas, como os testemunhos o demonstram. Não o é no mesmo país ou localidade e, ainda menos o é, noutras regiões e culturas. As vivências e as perspetivas da pobreza diferem de pessoa para pessoa, de comunidade para comunidade e de sociedade para sociedade. ‘Mana’, ‘autossustentação’, ‘perda de conexão’... Vejamos testemunhos de pessoas que habitam em outras regiões do planeta.



*Mereana Taki* | Rotorua Aotearoa (NZ)

“A riqueza de uma pessoa é medida em relação à ‘mana’ que ela ou ele manifesta (poder de criação imbuído de uma pessoa). Mana não vem com bens materiais nem pode ser comprada. A lógica é exatamente o oposto: quanto mais se partilha mana (colocando-a ao serviço da sua comunidade), mais mana se tem.”



*Dennis Banda* | Zambia

“Uma pessoa pobre é aquela que não se pode sustentar a si própria. Ele ou ela é um pedinte perpétuo e uma vergonha para a sociedade. A ironia em toda a conversa sobre ajuda a África é que o conceito mais importante e fonte de orgulho em muitas comunidades africanas é o de autossuficiência. A minha comunidade Chewa conseguiu sobreviver com sucesso durante séculos até que alguns colonizadores e atualmente algumas ONG nos vêm dizer que somos pobres, sem poder, analfabetos e com grande necessidade de ajuda. Estes são os pontos de vista impostos externamente e infelizmente aceites e agora internalizados como a nossa condição.”



*Wera Mirim* | Santa Catarina, Brasil

“Há três tipos de pobreza. A primeira é quando perdemos a conexão com o espírito. A segunda é quando perdemos a conexão com a comunidade. O terceiro tipo de pobreza é quando não temos o suficiente para partilhar.”

**Ser pobre ou viver em situação de pobreza?**

**Será que a pobreza é uma identidade?**

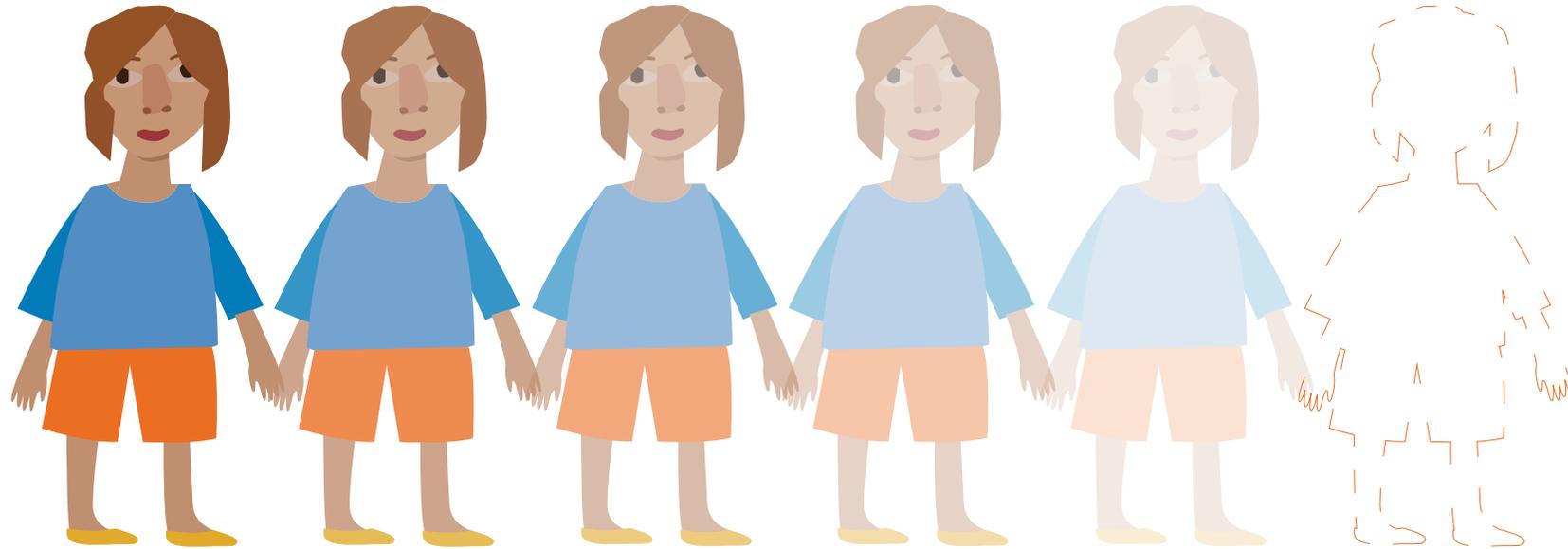
**Uma característica que nos define enquanto pessoas?**

**Conhece o termo APOROFOBIA, sabe o que significa?**



**Conheça a definição da filósofa Adela Cortina nas suas próprias palavras**

# As visões académicas e institucionais



**Integração social**

**Vulnerabilidade**

**Pobreza relativa**

**Pobreza absoluta**

**Pobreza extrema**

**Exclusão social**

Afirmamos, na introdução deste estudo, que existe um património significativo de conhecimentos acumulados nas últimas décadas sobre os fenómenos da pobreza e desigualdades. Os conceitos - como apreendemos e descrevemos as realidades que nos rodeiam - são instrumentos ou ferramentas através das quais elaboramos os nossos pensamentos. Mesmo sabendo

que os consensos académicos são difíceis, quais são as principais noções ou concepções que temos hoje? Algumas das concepções e características destes fenómenos são mais comumente aceites.

A nível académico e das grandes instituições governamentais e não governamentais, duas definições são amplamente usadas para

operacionalizar o conceito de pobreza à escala global.

A noção de **pobreza absoluta** refere-se a uma situação em que as necessidades básicas não são garantidas (tais como passar fome, não ter acesso a água potável, nutrição, habitação condigna, educação ou saúde). O conceito de **pobreza relativa** refere-se a

uma situação na qual o estilo de vida e o rendimento das pessoas se situa a um nível inferior aos padrões de vida médios da sociedade em que se inserem. É, portanto, um conceito relativo, pois depende do nível médio de vida num determinado contexto, e é também variável de um território para outro.

Além destes dois conceitos, a pobreza é frequentemente definida a partir de standards fixos, nomeadamente ao nível de organizações internacionais como o Banco Mundial, em que se considera que a pobreza compreende vários escalões entre aqueles que vivem com menos de 10 dólares por dia e que a **pobreza extrema** abrange os que vivem com menos de 1,90\$ (durante muito tempo o valor de referência foi de um dólar por dia). Neste caso, é um conceito que recorre a um indicador monetário, que não problematiza outras dimensões dos fenómenos da pobreza, tais como o acesso à saúde, educação, etc.

Estes três conceitos configuram diferentes graus de severidade de privação material, mas também vivencial. Ajudam designadamente a distinguir padrões de necessidades distintos entre países mais e menos desenvolvidos, mais ricos e mais pobres, ou, como também tem sido chamado recentemente, os países do *Norte* e do *Sul Global*. Os três tipos de pobreza coexistem na mesma socie-

dade, tanto nos países do Norte como nos do Sul, sendo a pobreza extrema evidentemente mais expressiva nos países do Sul.

Se a pobreza extrema e absoluta são noções associadas a uma observação das condições materiais e objetiváveis de vida das pessoas, a pobreza relativa é um conceito que abre para um olhar relacional e interdependente. Abre o nosso olhar para o como vivemos em comunidades e sociedades e como temos acesso e distribuimos os recursos para satisfazer as nossas necessidades. Hoje existe já uma consciência generalizada de que a pobreza compreende experiências e impactes na vida das pessoas que não se limitam à privação monetária, incluindo também a privação de experiências, oportunidades, serviços e ambientes que outras pessoas aceitam como normais (Duffy, 2020). Ela pode incluir o acesso limitado a educação e formação de qualidade, a cuidados de saúde e a habitação digna, a ausência de apoio familiar, a pobreza energética, a pobreza de transporte, por exemplo, para a procura ativa de trabalho ou para a participação em atividades culturais e políticas.

A par da pobreza relativa, um outro conceito muito importante tem sido consolidado ao longo do tempo, permitindo uma análise mais aprofundada da complexidade das situações vivenciadas pelas pessoas em situação de pobreza, mas também de outras,

que podendo não ter carências do ponto de vista material, poderão sofrer dificuldades de integração social: o conceito de **exclusão social**<sup>1</sup>. Este termo integra diferentes configurações de exclusão, não apenas associados à pobreza, que cumulativamente limitam o acesso a recursos e oportunidades para participação social e política. Permite pensar, por exemplo, em novas formas de discriminação e exclusão, como a exclusão digital, a infoexclusão e dificuldade de aceder a fontes de informação fidedignas, ficando, portanto, mais expostas a mensagens simplistas, *fake news* ou discursos de ódio.

Se pensarmos neste assunto, é possível imaginarmos pessoas que vivem em situação de privação material e que não são socialmente excluídas da comunidade em que habitam. Por outro lado, há pessoas que tendo acesso a rendimentos e bens materiais são alvo de exclusão social, ou seja, encontram limitações à sua participação na sociedade, nomeadamente por apresentarem características que são entendidas como um desvio da norma, ou do ‘normal’. Por exemplo, o caso de populações com origens e/ou tradições étnicas distintas das predominantes num determinado território, de pessoas com orientações sexuais distintas da heterossexualidade, pessoas com deficiência, entre muitas outras categorias de estigmatização e discriminação que poderíamos aqui enunciar.

<sup>1</sup>  
Para maior aprofundamento sobre o conceito, configuração e estratégias de intervenção na exclusão social, poderá consultar Estívil (2003).



## A invisibilidade como face da Exclusão

Um psicólogo, investigador da Universidade de São Paulo, trabalhou enquanto “gari” na limpeza da universidade e constatou que, perante o olhar da maioria, os trabalhadores braçais são “seres invisíveis”, demonstrando a existência de “invisibilidade pública” onde se repara somente na função e não na pessoa. Colegas que normalmente o cumprimentavam nos corredores da universidade, não o “viam” quando estava de uniforme (Costa, 2002), revelando as múltiplas formas de exclusão a que determinados grupos estão sujeitos.

A cadeia de causas e efeitos que explicam a pobreza e a exclusão social, evidenciam o carácter **multidimensional** destes fenómenos. São fenómenos que têm implicações em diversas esferas da vida individual e coletiva, tais como a económica, social, psicológica, cultural e política, e tendem a ser cumulativos. Ou seja, tendem a favorecer a acumulação de fatores de vulnerabilidade e o surgimento de círculos viciosos nas trajetórias de vida das pessoas que vivem ou experienciam a pobreza e exclusão social.

Esta multidimensionalidade e comutatividade de fatores levou a uma consciência muito importante: a de trajetória ou **itinerário**. Há segmentos da população que nasceram já num contexto familiar de reprodução das frágeis condições de vida, partindo em forte desvantagem para aceder a oportunidades de mobilidade económica e social ascendente. Outros segmentos da população poderão ter trajetórias marcadas por episódios biográficos que fragilizam as condições de vida e podem gerar uma acumulação sucessiva de fatores que levam a trajetórias descendentes, ou seja, de empobrecimento e exclusão social. Outros segmentos ainda, poderão fazer trajetórias de ziguezague, ora subindo, ora descendo, do limiar da pobreza. Estas trajetórias são hoje muito frequentes por exemplo nos países mais ricos, onde se verifica uma elevada precarização das relações de trabalho.

Há, portanto, uma gradação e diferenciação das situações de fragilidade ou vulnerabilidade. Esta consciência adquirida e consolidada ao longo das últimas décadas permitiu designadamente desenvolver estratégias de intervenção diferenciadas de acordo com a multidimensionalidade das necessidades de cada pessoa e de cada família. Abriu caminho para as abordagens centradas no **empoderamento** (na capacitação das pessoas), para a promoção de trajetórias de inserção, para a ambição de quebrar círculos viciosos e transformá-los em círculos virtuosos de inserção.

Para além de multidimensionais, os fenómenos de pobreza e exclusão são também **multinível** e, portanto, o combate a estes fenómenos implica a ação de TODAS as pessoas. Todas, desde a ou o cidadão individual – *nível micro* – às organizações e instituições que atuam nas diversas dimensões da vida social (economia, saúde, cultura, etc.) – *nível meso* – e ao nível das decisões políticas dos Estados – *nível macro*. Efetivamente os fatores que conduzem a trajetórias de pobreza e exclusão ao longo do ciclo de vida das pessoas podem ter causas de carácter individual, associadas a circunstâncias da vida pessoal; causas associadas a representações sociais de estigmatização e a correlativos comportamentos discriminatórios, mesmo que inconscientes e que acabam por determinar modos de ação do dia

nível  
macro

nível  
meso

nível  
micro

a dia dos profissionais e das organizações; causas associadas às decisões políticas que influenciam o quotidiano da nossa vivência em sociedade ao longo do tempo.

Reconhecer o carácter multinível e a corresponsabilização de todas as pessoas é um fator chave. Qual a utilidade de empoderar ou de capacitar as pessoas em situação de vulnerabilidade se não houver efetivas oportunidades de participação ativa na vida social? O que temos de mudar? As pessoas excluídas ou os processos institucionais e políticos que geram a exclusão?

O aprofundado debate das últimas décadas e a progressiva estabilização destes conceitos tem levado ao desenvolvimento de novos conceitos e instrumentos de medição estatística, sofisticando a análise académica e institucional dos fenómenos. Vários estudos sistemáticos de organizações internacionais têm procurado captar esta multidimensionalidade, como a ONU que, juntamente com a Universidade de Oxford, desenvolveu

o *Índice de Pobreza Multidimensional* global. Outras abordagens recentes têm incidido no conceito de **vulnerabilidade**, procurando caracterizar a situação e não as pessoas como vulneráveis e identificar a interseção de fatores (sociodemográficos, económicos, educacionais, vivenciais, emocionais) que contribuem para esta situação (Gomes e Martinho, 2021).



**Vulnerabilidade**  
(caracterizar a situação  
e não as pessoas)

## A Pobreza e os Direitos Humanos

“Toda a pessoa tem direito a um nível de vida suficiente para lhe assegurar e à sua família a saúde e o bem-estar, principalmente quanto à alimentação, ao vestuário, ao alojamento, à assistência médica e ainda quanto aos serviços sociais necessários, e tem direito à segurança no desemprego, na doença, na invalidez, na viuvez, na velhice ou noutros casos de perda de meios de subsistência por circunstâncias independentes da sua vontade.”

– Artigo 25º, n.º 1 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948

# E as desigualdades? Como interferem com a pobreza?

Partindo de uma noção do senso comum, podemos afirmar que as desigualdades sociais são as diferenças nos níveis de bem-estar e qualidade de vida que resultam das diferenças nas condições de acesso a direitos e ao usufruto de bens e serviços, dentro de uma determinada sociedade ou entre países. Se a pobreza remete, como acabamos de ver, para múltiplas dimensões de privação, de exclusão e vulnerabilidade,

**as desigualdades remetem para a forma como diferentes recursos estão distribuídos na sociedade.**

A desigualdade é, portanto, um conceito complementar e estruturante em relação aos conceitos abordados anteriormente, que nos ajuda a compreender como é que se distribui o acesso aos recursos pela população e, por esta via, procurar estratégias para reduzir as assimetrias neste acesso.

Desigualdades económicas e de rendimento, de conhecimentos e literacia, nas condições de habitação, saúde, educação ou participação política. Também desigualdades de género, de idade, de origem étnica, entre muitas outras.

À semelhança do sucedido com a pobreza, o estudo das desigualdades tem também vindo a conhecer avanços relevantes. São diversas as abordagens teóricas, mais ou menos explícitas, que têm enquadrado o desenvolvimento deste conceito (CASE, 2022). Abordagens que se focam na reprodução das estruturas e assimetrias de poder, outras baseadas nos direitos da igualdade no acesso aos recursos, outras nos desafios do Objetivos de Desenvolvimento Sustentável ou, ainda, no desenvolvimento das capacidades das populações em situação de vulnerabilidade.

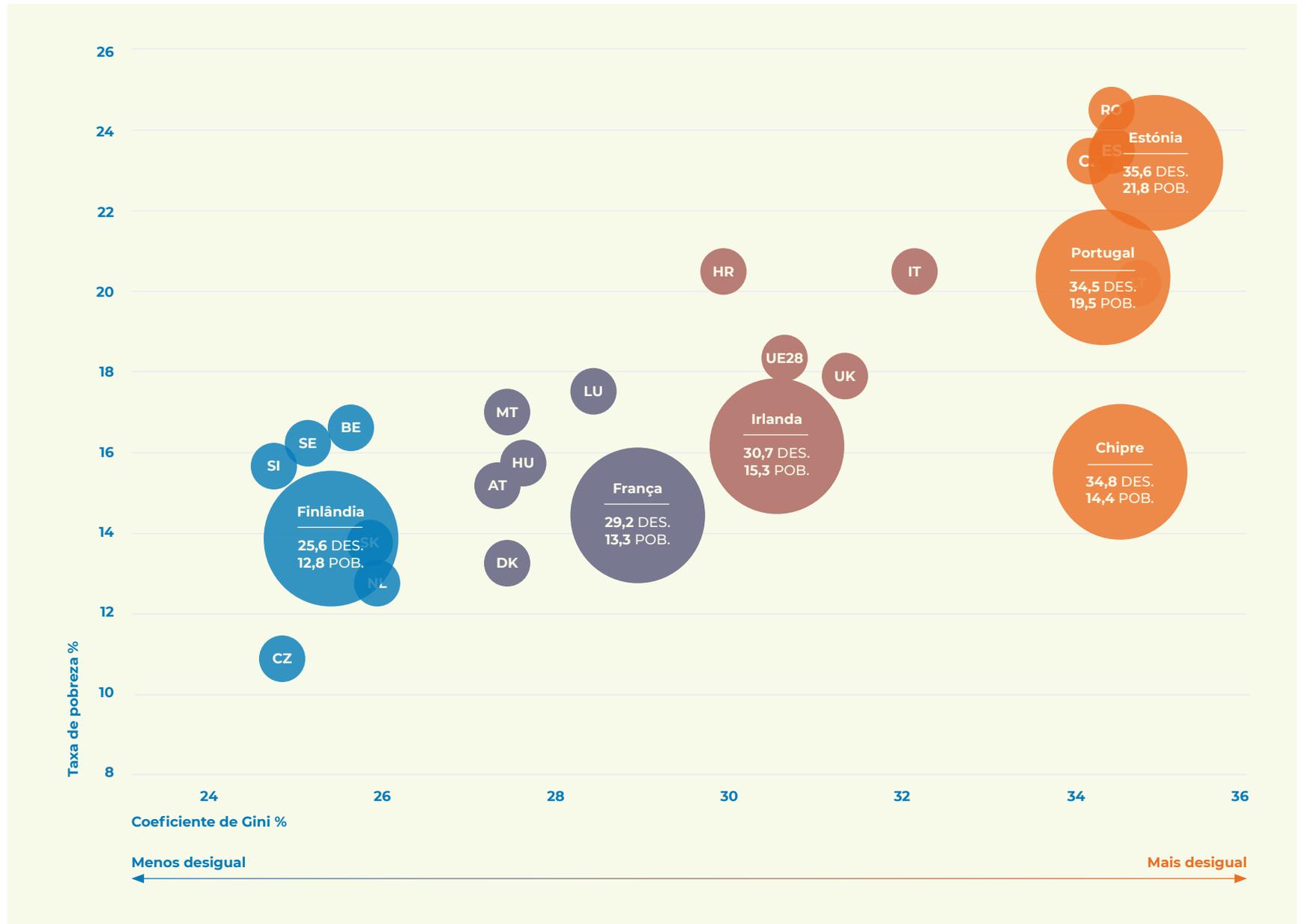
O tema das desigualdades convoca-nos assim outros conceitos chave, tais como os de igualdade ou equidade.

**E será que podemos falar de todos estes conceitos sem falar de poder?**

Estes são temas que encontrarão maior desenvolvimento em próximos estudos desta coleção, como designadamente, no estudo dedicado à justiça social. Para efeitos do presente estudo convocaremos para reflexão apenas a perspetiva da relação entre desigualdades sociais e pobreza.

Vários estudos têm procurado aprofundar esta questão, demonstrando que são as desigualdades sociais, e não a pobreza em si, que estão na origem de vários problemas sociais: violência, toxicodependência, obesidade e doenças mentais são mais frequentes em países e comunidades onde a disparidade de rendimentos é maior (Wilkinson e Pickett, 2010). As evidências estatísticas demonstram que quanto mais desiguais, mais pobres são os países.

**As desigualdades são uma causa estrutural de pobreza.**



*Quanto mais desiguais,  
mais pobres são os países*

## *Como é que a pobreza, desigualdades e direitos humanos se relacionam nesta história real?*

«Samantha é uma rapariga Roma [de etnia cigana] com 11 anos de idade que vive com os seus pais. Ela tem dois irmãos e uma irmã mais velha. Tanto o seu pai, como a sua mãe, estão no desemprego. A família não tem documentos legais da terra na qual construiu a sua casa. Não têm canalização, por isso têm de recolher água de um ribeiro próximo ou do cano exterior do vizinho. As duas famílias também partilham uma “puxada” ilegal de fornecimento elétrico. Por vezes, as famílias vizinhas zangam-se. Quando isso ocorre, os pais de Samantha não a deixam recolher água do cano do vizinho. Samantha está a ter dificuldades na escola. Ela foi criada a falar a língua dos seus pais e só conhece o básico da língua nacional usada na escola.

Frequentemente, quando ela não compreende aquilo que está a ser dito, a sua professora zanga-se com ela e grita-lhe em frente à turma. Os/as colegas de escola riem-se dela, assediam-na e excluem-na de muitas atividades. Com frequência, fazem comentários como “as pessoas Roma roubam e são sujas”. Samantha odeia ir à escola e não entende porque tem de ir. A sua irmã concluiu a escola, mas não consegue um emprego...»

*Como poderíamos continuar esta história de forma a enfrentar as causas estruturais dos problemas de Samantha?*

Fonte: Amnistia Internacional, 2011.

## **E para si, leitor/a, o que é pobreza?**

*Qual o seu olhar sobre a pobreza?*

*Porque persiste?*

*É inevitável?*

*As pessoas são pobres ou vivem em situação de pobreza?*

Pretendemos instigar à reflexão sobre como nos relacionamos com a pobreza e com as suas causas, considerando cinco eixos representados no barómetro seguinte.

# Barómetro do meu posicionamento em relação à *Pobreza*



## Modos de **Sentir**

*Que emoções e sentimentos tenho em relação à pobreza?*

**Tristeza; angústia; indiferença; medo; impotência?**



## Modos de **Ver e Pensar**

*O que penso em relação à pobreza?*

**É culpa das pessoas; é uma injustiça da sociedade; o progresso económico permitirá ultrapassá-la?**



## Modos de **Poder**

*Qual o meu lugar de fala e poder para intervir?*

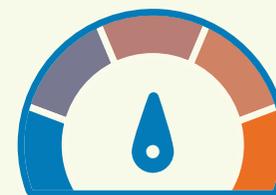
**É uma realidade próxima/distante; posso participar/influenciar decisões políticas; tenho poder para mudar?**



## Modos de **Ser**

*Como me relaciono e qual o meu nível de comprometimento com esta realidade?*

**Não está no meu radar; tenho em consideração; quero mudar a realidade?**



## Modos de **Agir**

*Como intervenho na realidade?*

**Faço donativos; participo de organizações e movimentos; voto de forma consciente; faço pressão política?**

Os *modos de sentir* dizem respeito às nossas reações, emoções, sensações perante as situações de pobreza: entre a empatia, pena, medo? Entre a esperança ou impotência?

Os *modos de ver e pensar* remetem para as nossas convicções e valores em relação à pobreza, os quais são construídos a partir da sociedade em que nos inserimos, mas também podem ser perspetivados a partir de diferentes fundamentos teóricos.

Os *modos de poder* referem-se ao lugar que ocupamos na sociedade e ao poder que temos para contribuir para a mudança. É uma realidade que me diz respeito? Tenho algum poder para chamar a atenção para esta realidade; ou tenho uma posição privilegiada em que posso influenciar ou participar de decisões com impacto sobre esta realidade? Compreendo que existem diferentes visões no mundo sobre o que é a pobreza? Que visões nos trazem os testemunhos acima apresentados a partir da Nova Zelândia, da Zâmbia, do Brasil e de Portugal?

Os *modos de ser* dizem respeito à forma como me relaciono com as pessoas e com o mundo ao meu redor e ao meu nível de comprometimento com esta realidade. É algo que não está no meu radar, que tenho em consideração ou que quero mudar? Reconheço que *sou* uma parte interdependente do problema e da solução?

Finalmente, os *modos de agir* referem-se a como intervenho sobre esta realidade. Perante o meu nível de suporte e o poder que tenho para mudar, como ajo efetivamente? De forma paliativa ou transformativa?

## Saber mais...

Portugal tem uma ***Estratégia Nacional de Combate à Pobreza 2021-2030***, desenvolvida a partir de contributos de diversas entidades e personalidades com percursos relevantes no domínio do combate à pobreza e à exclusão social, abordando a pobreza como um fenómeno que exige uma atuação integrada das diferentes áreas setoriais no domínio da intervenção pública, em estreita articulação com o Pilar Europeu dos Direitos Sociais e com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030.

É possível acompanhar a evolução recente dos indicadores de pobreza, desigualdade e exclusão social na plataforma ***Portugal Desigual***, coordenada por Carlos Farinha Rodrigues.

A ***Rede Europeia Anti-Pobreza*** (EAPN) desenvolve um trabalho de referência a nível nacional e europeu, com diversos projetos, estudos, campanhas e recursos sobre estas temáticas.

A EAPN é promotora do ***Observatório Nacional de Luta Contra a Pobreza***.



POVERTY IS MAN-MADE, IT CAN BE REMOVED  
BY OUR ACTIONS.



Poverty Awareness, 2018

*Que representações  
de pobreza  
estas imagens  
e campanhas  
nos transmitem?*



Campanha Always Brasil, 2021



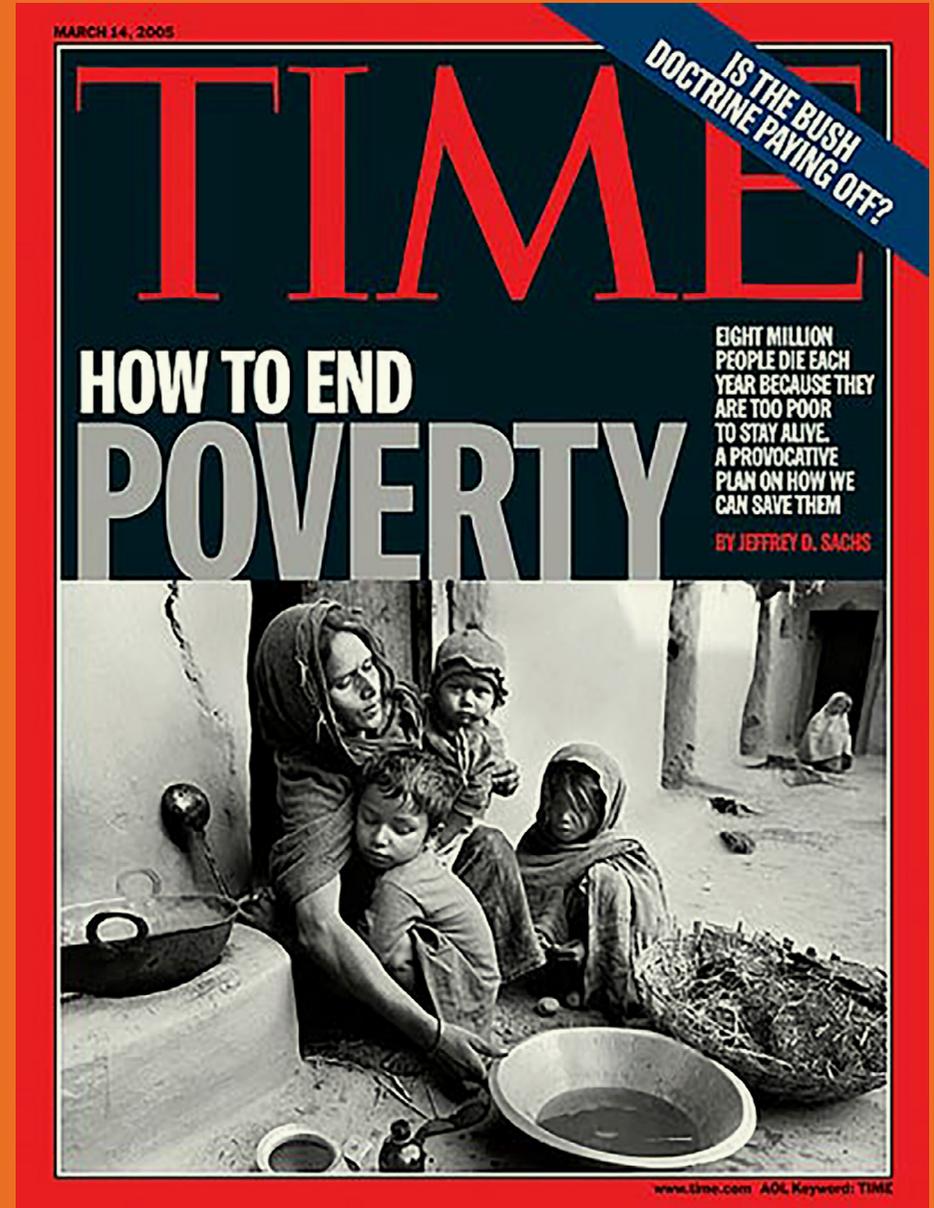
Better Aid, s.d.



Campanha Fruta Tropical Justa, IMVF 2015

# FAZIAM BEM ERA SE FOSSEM TRABALHAR COM ORDENADOS DIGNOS.

O DISCURSO DE ÓDIO NÃO É ARGUMENTO.  
#DARAVOLTA AO TEXTO  
#EAPN



# 2

## O cocktail pobreza & desigualdades

P. 23-27 *A pobreza em números*

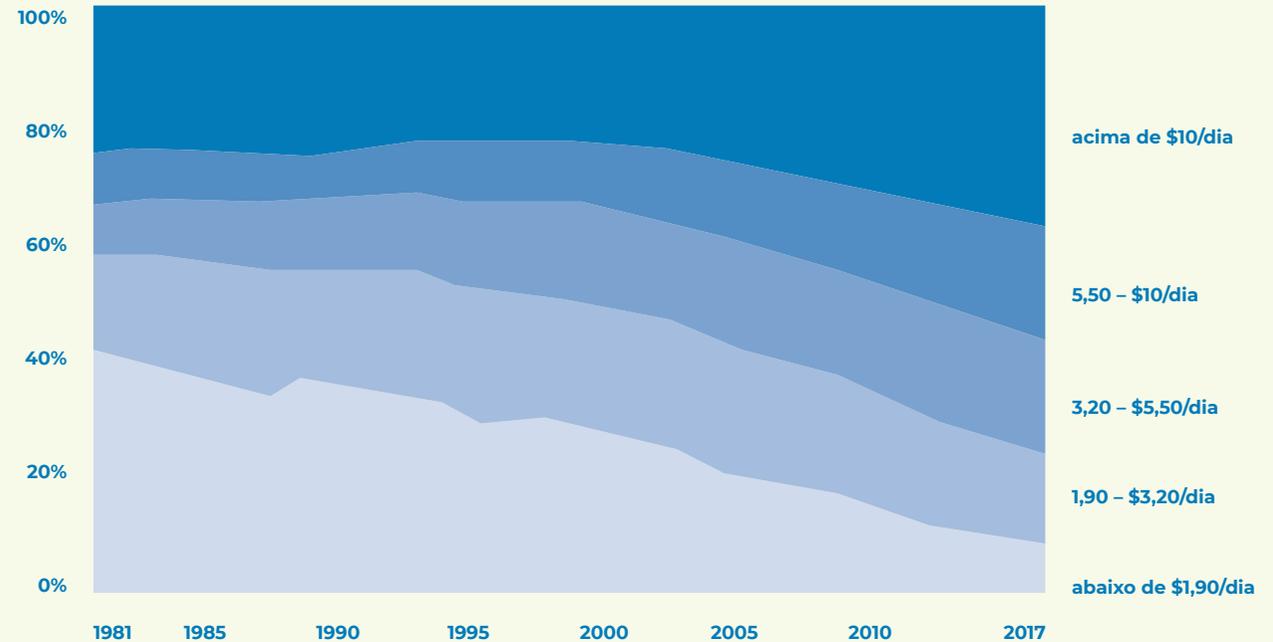
P. 28-29 *Mitos e factos*

P. 30-32 *Paradoxos e perplexidades*

P. 32-33 *Linhas Vermelhas*

Neste segundo capítulo, propomos avançar dos conceitos para o confronto com a realidade da pobreza e desigualdades. Convidamos a olhar para os números e evidências, para os mitos e estereótipos que prevalecem, para os paradoxos e perplexidades que persistem e para as linhas vermelhas de insustentabilidade económica, social e ambiental.

Fonte: *Our World in Data*, com base em dados do World Bank/PovcalNet (2021). Valores em dólares.



## Distribuição da população entre diferentes limiares de pobreza, no mundo, 1981 - 2017

## A pobreza em números

E se tivéssemos instrumentos - conceitos e processos válidos de produção de conhecimento sobre a realidade - que nos pudessem dar conta da expressão, configuração ou intensidade dos fenómenos de 'Mana', de 'autossustentação' ou de 'perda de conexão'? Ou seja, a partir das conceções de pobreza trazidas pelos testemunhos da Nova Zelândia, Zâmbia ou Brasil, que evocámos no primeiro capítulo, no ponto - *A pobreza vivida*. Como se distribuem os níveis de

'Mana' pelas diversas regiões do planeta? E que relação têm os níveis de 'Mana' com os níveis de pobreza estudada pelas visões académicas e institucionais internacionais? Seria muito interessante aprofundar este diálogo. Todavia são as visões académicas e institucionais que predominam na produção e divulgação de conhecimento e informação de que dispomos hoje para traçar um quadro global. Existem hoje quase oito mil milhões de pessoas no mundo<sup>2</sup>, das quais mais de 60% vivem em situação de pobreza.

A nível mundial, a proporção de pessoas a viver abaixo dos diferentes limiares de pobreza (\$1.90, \$3.20, \$5.50, \$10)<sup>3</sup> está em declínio. Ainda assim, a maioria da população mundial (mais de 60%!) auferem um rendimento exíguo, vivendo com menos de 300 dólares por mês.

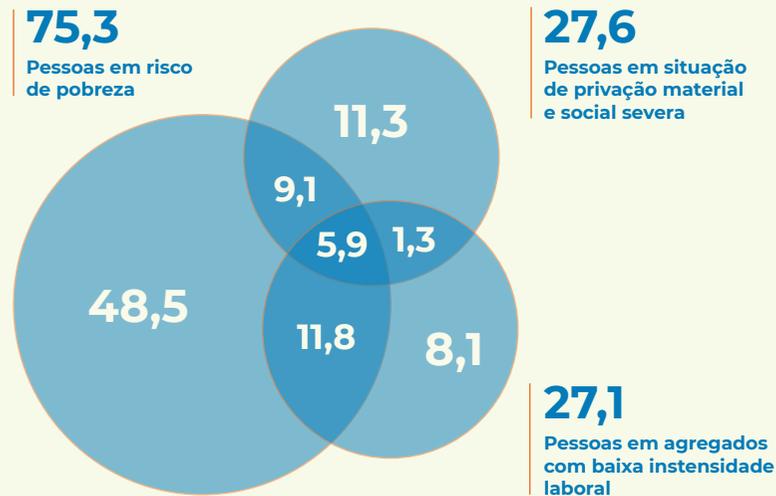
<sup>2</sup> Conforme dados em atualização permanente da Worldometer [www.worldometers.info/pt](http://www.worldometers.info/pt)

<sup>3</sup> Valores que variam nas diferentes regiões do planeta.

Se nos circunscrevermos à União Europeia, pelos dados de 2020, somos cerca de 447 milhões de pessoas<sup>4</sup> e cerca de 22% vivem em situação de risco de pobreza ou exclusão social. É na África subsaariana e na Ásia que se concentram as situações mais extremas de privação de recursos básicos e mínimos da sobrevivência da espécie humana.

Sim. Residimos num dos continentes com menor incidência quantitativa deste fenómeno. Será que este facto nos faz ter uma visão sobre a pobreza diferente dos países onde a sua expressão é maior e mais intensa?

No âmbito da recente estratégia Europa 2030, o sistema estatístico da União Europeia (Eurostat) criou um novo indicador síntese para medir a população que se encontra em situação de pobreza ou de exclusão social (AROPE), definida como aquela que se encontra em pelo menos uma das três seguintes situações: risco de pobreza (monetária); privação material e social severa; agregados familiares com baixa Intensidade laboral ou afastamento do mercado de trabalho (correspondente a menos de 20% do tempo de trabalho possível). Este indicador síntese combina 13 itens de privação de nível individual e familiar<sup>5</sup>. Assim, em 2020, 21,9% da população europeia encontrava-se em situação de risco de pobreza ou exclusão social.



**21,9%**  
da população de EU vive em situação de risco de pobreza ou exclusão social

Fonte: Eurostat  
(tradução própria)

## Pessoas em risco de pobreza ou exclusão social na UE, por tipo de risco

(milhões e percentagens, 2020)

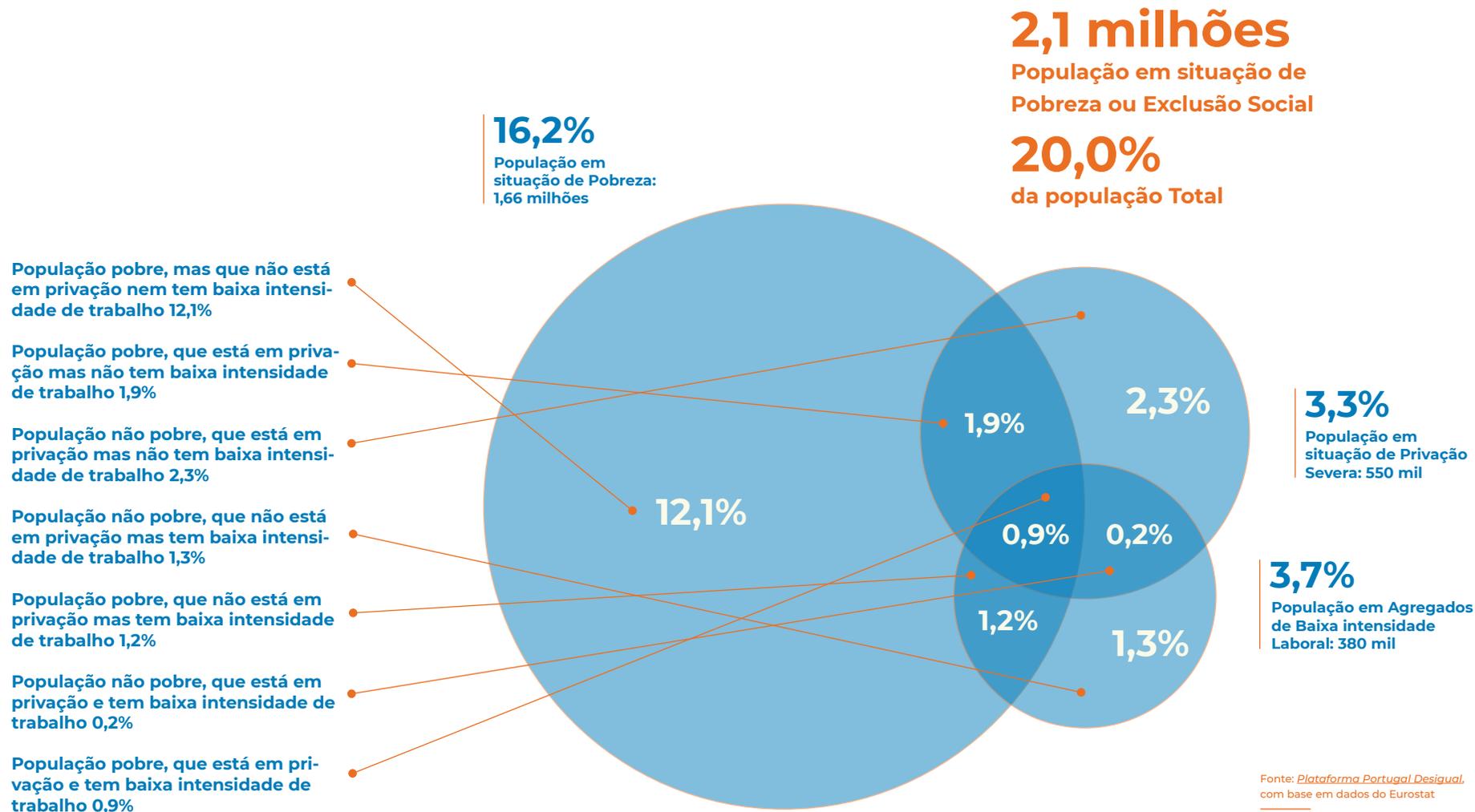
<sup>4</sup> Conforme dados do Eurostat <https://ec.europa.eu/eurostat/cache/diagpub/demography>

<sup>5</sup> Como itens de privação de nível familiar, o AROPE inclui: (i) Pagamentos atrasados (renda de casa, contas de serviços básicos, empréstimos); (ii) capacidade financeira para manter a casa adequadamente aquecida; (iii) capacidade para suportar despesas

inesperadas; (iv) capacidade para ter uma refeição de carne, peixe ou equivalente vegetariano pelo menos de dois em dois dias; (v) capacidade para pagar uma semana de férias fora de casa a todo o agregado; (vi) disponibilidade de veículo ligeiro de passageiros ou misto; (vii) possibilidade de substituir móveis desgastados. Como itens de privação de nível individual, o AROPE inclui: (viii) capacidade de substituir roupas desgastadas por

algumas novas; (ix) ter dois pares de sapatos de tamanho adequado; (x) gastar semanalmente uma quantia de dinheiro consigo mesmo; (xi) participar regularmente numa atividade de lazer; (xii) encontrar-se com amigos/família pelo menos uma vez por mês; e (xiii) ter ligação de Internet para uso pessoal.

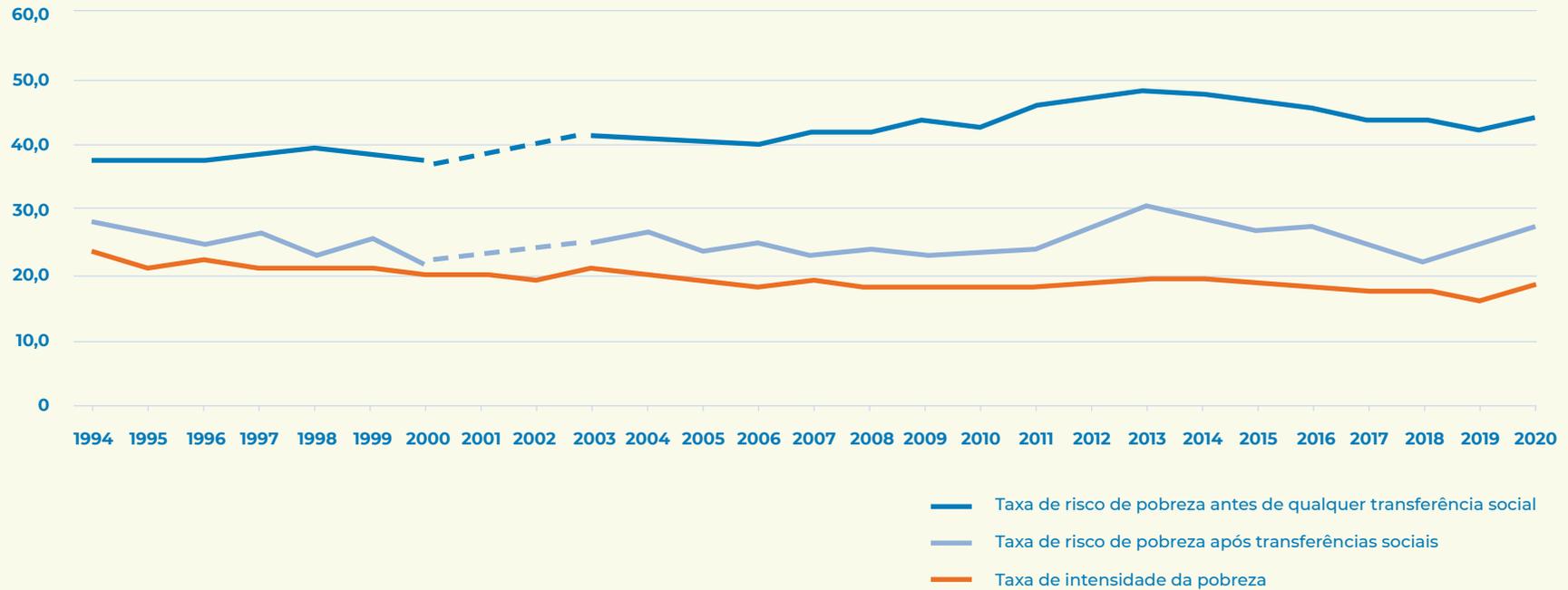
Aproximemo-nos ainda mais do lugar do planeta onde produzimos e partilhamos esta reflexão. Somos 10 347 892 habitantes em Portugal (Censos 2021), dos quais cerca de 20% vivem em situação de pobreza. Se recorrermos novamente aos dados do indicador europeu AROPE, eles enfatizam esta realidade no contexto nacional:



*Pessoas em risco de pobreza ou exclusão social em Portugal, por tipo de risco (2020)*

Em Portugal, os números da pobreza hoje são muito próximos daqueles de há 30 anos atrás! Nos últimos anos, o número de pessoas em situação de pobreza em Portugal tem vindo a aumentar, de forma não linear, correspondendo a cerca de um quinto das pessoas residentes em Portugal (1 em cada 5 pessoas).

Fonte: Eurostat (até 2000) | INE  
(a partir de 2001), PORDATA



## *Evolução da Taxa de risco de pobreza (antes e após transferências sociais) e Taxa de intensidade de pobreza (1994-2020)*

A linha laranja do gráfico acima evidencia, em sentido inverso, o impacto das transferências sociais (subsídios e apoios sociais relacionados com doença e incapacidade, família, desemprego ou inclusão social) na redução da incidência de pobreza. Ou seja, as políticas públicas têm impacto positivo na mitigação do risco de pobreza. Se não fossem os apoios sociais cerca de 40% da população portuguesa estaria em risco de pobreza e exclusão social.

## *E quem corre maior risco de pobreza? O que nos dizem as evidências?*

De uma forma geral, as crianças e jovens, as mulheres, as famílias monoparentais, as pessoas com baixas qualificações, pessoas com deficiência, alguns grupos étnicos minoritários em particular as pessoas ciganas, as pessoas refugiadas e requerentes de asilo, as pessoas migrantes de países fora da UE (Duffy, 2020).

No que diz respeito ao nosso país, o estudo “A pobreza em Portugal: trajetões e quotidianos” (Diogo, 2021) identifica quatro perfis principais de pessoas em situação de pobreza em Portugal: Reformados (sobretudo com mais de 65); *Precários* (caracterizados pela insegurança e instabilidade de inserção laboral); *Desempregados* (pessoas em idade ativa que estão desempregadas ou inaptas para o trabalho); e *Trabalhadores*, que são o grupo com maior peso, evidenciando que o facto de ter um contrato de trabalho não é garantia para tirar a pessoa de

uma situação de pobreza. Apesar de destacar estes quatro grupos principais, o estudo salienta a importância de compreender a diversidade de situações de pobreza, considerando que cada situação é única, vivida no singular e no seio de um contexto social e familiar específico.

Este estudo identifica “três D da pobreza” como principais motivos nas trajetórias individuais e familiares de entrada e reprodução da situação de pobreza em Portugal: *Desemprego*, *Doença* (no caso de doenças crónicas ou incapacitantes, incluindo deficiência, mas incluindo também a morte de familiares provedores de rendimento do agregado), e *Divórcio* (Diogo, 2021). Salienta também o papel das desigualdades de género, particularmente marcante nas trajetórias de vida das mulheres mais idosas, mas também na maternidade colocada como um entrave no mercado de trabalho.

Se há fatores de risco a nível individual e familiar, são sobretudo fatores a nível político, social e estrutural que permitem que os riscos se efetivem e tenham impacto na vida das pessoas:

*“a questão da desregulação do mercado de trabalho; as características do tecido económico que levam a determinadas ofertas de emprego, segmentadas e desqualificadas mas exercendo um papel importante para a sobrevivência do sistema como um todo; a incapacidade do sistema de ensino em cumprir as suas promessas de universalidade; a fragilidade da rede de segurança que o Estado proporciona, precisamente, em caso de eventos disruptivos da vida dos indivíduos e das famílias associados a perdas de rendimento; as insuficiências do apoio público à conciliação trabalho-família, entre outros”* –Diogo, 2021, p. 227.

## **E no seu concelho de residência?**

### **Sabe qual é a incidência deste fenómeno?**

**Poderá explorar um pouco mais este assunto consultando o [Em Foco, Boletim n.º10 - Municípios Portugueses Rendimento e Desigualdade](#), uma publicação do Observatório Nacional de Luta Contra a Pobreza da EAPN de Fevereiro de 2021. Também na plataforma [ODSlocal](#) é possível consultar alguns indicadores do desempenho dos diferentes municípios portugueses para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), entre os quais o Objetivo 1º de erradicação da pobreza.**

## Mitos e factos

Será que somos realmente livres de preconceitos como muitos de nós pensamos sobre nós mesmos e nós mesmas? Será que no nosso dia a dia damos as mesmas hipóteses à diversidade de pessoas com que nos vamos cruzando?

Existem muitos mitos e estereótipos que são difundidos nas nossas sociedades e reproduzidos, muitas vezes de forma inconsciente, no nosso dia a dia (por exemplo, no café, nos serviços públicos, nos meios de comunicação social, etc.), de tal forma que a sua repetição se transforma em estigma e discriminação de certos grupos, reforçando a sua trajetória de exclusão e desigualdade.

Por isso, devemos questionar as ideias preconcebidas e simplificadoras e procurar desconstruí-las com factos e com um olhar mais crítico e problematizador. Abaixo apresentamos algumas propostas a partir das quais desafiamos o leitor a refletir criticamente. Na coluna do lado esquerdo encontram-se alguns exemplos de estereótipos e na coluna do lado direito as propostas que deixamos para uma reflexão mais crítica e problematizadora sobre esses mesmos estereótipos.

Perante a manifestação de discursos e atitudes estereotipadas, podemos procurar explorar as origens e implicações dessas ideias. Mas quando mitos e preconceitos se convertem em formas de discriminação de determinados grupos passamos a falar da violação de direitos humanos!

Fonte: Elaboração própria,  
a partir de Cortez, 2021;  
Ordway & Bryant, 2018.



*Estereótipos comuns e abordagens possíveis para os desconstruir*

### OS ESTEREÓTIPOS

Representação das pessoas que experienciam pobreza como um de três tipos:

1. a vítima,
2. o criminoso,
3. a exceção que se supera devido aos seus esforços

---

As pessoas em situação de pobreza não sabem gerir bem o seu dinheiro.

---

As pessoas pobres são preguiçosas e não querem trabalhar.

---

Os beneficiários do Rendimento Social de Inserção (RSI) são subsidiodependentes e a comunidade cigana é a que mais beneficia deste apoio.

---

As pessoas beneficiárias do RSI vivem à grande à custa do Estado.

---

A quem tem fome não dêis peixe, ensina a pescar.

## OS FACTOS / POSSÍVEIS LENTES MAIS CRÍTICAS E PROBLEMATIZADORAS

Procurar diferentes fontes sobre pessoas que experienciam pobreza e diferentes histórias não apenas focadas na pobreza. Ao centrar a explicação da pobreza em

comportamentos e atitudes de quem a sofre, perpetua-se a ideia de que a culpa da situação é das próprias pessoas, ao invés de considerar a complexidade da sua situação,

para a qual concorrem prioridades a nível político, económico e cultural.

Não generalizar e questionar as nossas suposições a partir do lugar (privilegiado) de onde falamos. Muitas pessoas que experien-

ciam pobreza gerem muito bem o pouco dinheiro que têm – a realidade é que frequentemente elas não têm sequer dinheiro

suficiente para gerir e para poder sobreviver.

Muitas pessoas estão desempregadas há muito tempo e não têm as competências necessárias para manter um trabalho. As oportunidades de trabalho que conseguem são frequentemente mal pagas e inseguras, não permitindo uma integração duradoura

no mercado de trabalho que é precário. Além disso, em 2020, 9,5% da população empregada em Portugal vivia com rendimentos inferiores ao limiar da pobreza, ou seja, com menos de 540 euros mensais (Pordata, INE, 2020) “Quase 60% dos pobres

com mais de 18 anos em Portugal trabalham. Além dos 26,6% em situação precária, os trabalhadores com um contrato são quase um terço das pessoas em situação de pobreza. Ou seja, do total de empregados, quase 11% são pobres” (Diogo 2021).

A comunidade cigana é, segundo diversos estudos, o grupo étnico mais estigmatizado em Portugal. Dados recentes da Segurança

Social mostram que, de entre os beneficiários do RSI, apenas 3,8% são de etnia cigana.

Em 2022, o valor máximo auferido por titulares do RSI em Portugal é de 189,66€ (caso não tenha nenhum outro rendimento),

sendo o valor médio de 119,45€ por beneficiário e de 262,18€ por agregado familiar, quando o limiar de pobreza no país está

definido em 540€ mensais.

A realidade mostra que não basta formar as pessoas porque a integração pelo emprego não é possível para todas e porque o mer-

cado de trabalho é fortemente precário. Saber pescar pode não servir de nada se não houver nada para pescar. A ajuda monetária

do RSI contribui para atenuar a severidade da pobreza.

# Paradoxos e perplexidades

1. Se sabemos que as desigualdades são uma causa estrutural de pobreza porque continuam as nossas políticas públicas a permitir que as desigualdades atinjam níveis insustentáveis?

Fonte: *Oxfam Brasil*, 2019.



A concentração de riqueza numa ínfima parte da população continua a crescer, perante a persistência de níveis de pobreza indignos e mesmo o acentuar da pobreza extrema em algumas regiões do planeta, como dão conta os dados recentes da organização internacional Oxfam. Numa comunicação mais recente, intitulada “Lucrando com a dor”, a mesma organização evidencia, com base no cruzamento de diversas fontes de informação, que durante a pandemia de Covid-19, a fortuna dos bilionários do mundo “atingiu picos estonteantes e sem precedentes. A pandemia — um tempo cheio de dor para a maioria da humanidade — tem sido um dos melhores momentos na história para os bilionários” (Oxfam, 2022).



## 2. Fome e obesidade



Globalmente, por cada pessoa subnutrida existem duas pessoas que são obesas ou com excesso de peso. O número de pessoas que morre por excesso de comida aproxima-se rapidamente do número de pessoas que morre por falta de alimento!

Haverá evidência maior de que a pobreza ser indissociável das múltiplas desigualdades existentes a diferentes escalas no mundo?

Paradoxal e simultaneamente, a obesidade emerge cada vez mais como uma nova faceta da pobreza. Sendo certo que afeta população com capacidade de compra e consumo, é também certo que afeta população com menores recursos, na medida em que se generaliza a produção e o acesso a comida processada, mais barata e amplamente publicitada. Assim, são frequentemente as pessoas com menos rendimentos, que

consomem bens alimentares com menor qualidade e assim se confrontam com crescentes níveis de obesidade. Como tal, vemos a complexidade inerente a uma dimensão singular da pobreza - a nutricional -, e a sua interdependência com as transformações nos sistemas alimentares, e com as políticas públicas e modelos de negócio associados a estes sistemas.

### 3. A persistência de níveis de pobreza indignos, não obstante décadas de estudos, estatísticas, políticas, programas, projetos

“Centenas, se não milhares, de projetos, dezenas e dezenas de publicações e investigações, centenas de esforços realizados por toda a Europa parecem estar agora esquecidos na memória de muitos. Não houve uma política sistemática de recuperação desta herança. Não existe uma biblioteca especializada e muitos centros de documentação perderam-se. Os arquivos são parciais e escassos e, quando são preservados, isso deve-se à boa vontade daqueles que os têm ao seu cuidado. Não existe uma rede ativa que permita acumular e transmitir o conhecimento adquirido, e nunca foi posta em marcha uma verdadeira capacidade de observação, monitorização e aprendizagem. Nestas condições não estaremos condenados a começar do princípio sempre que uma “nova” Estratégia é formulada?” (Estivill e Aires 2007, p. 22).

**“Antropoceno”, isto é, a primeira época definida pelas opções humanas, em que o risco predominante para a nossa sobrevivência somos nós próprios.**

## Linhas Vermelhas

### 1. Sustentabilidade social: o crescimento populacional exponencial

O crescimento populacional exponencial coloca limites à disponibilidade de recursos para a sobrevivência da população mundial. Embora atualmente uma distribuição equitativa dos recursos disponíveis permitisse erradicar a pobreza no imediato, a verdade é que quantos mais somos, menos são os recursos disponíveis por pessoa. As regiões do mundo com níveis mais elevados de pobreza tendem também a apresentar um elevado crescimento populacional, contribuindo para o acentuar das desigualdades entre países e regiões.

No Relatório do Desenvolvimento Humano de 2020, reconhece-se a era atual como “antropoceno”, isto é, a primeira época definida pelas opções humanas, em que o risco predominante para a nossa sobrevivência somos nós próprios (PNUD, 2020).

### 2. Sustentabilidade ambiental: o modelo extrativista e a crise climática

O crescimento populacional está diretamente relacionado com a sustentabilidade ambiental, designadamente com a redução da biodiversidade, o consumo de recursos naturais e o aumento da emissão de gases do efeito de estufa que levam ao aquecimento global.

Todos os anos, o Dia da Sobrecarga da Terra alerta-nos para o dia em que se esgotam os recursos naturais que o planeta Terra tem capacidade para renovar durante 12 meses. Este dia acontece mais cedo a cada ano (com exceção do primeiro ano da pandemia de Covid-19 em que o confinamento fez cair as emissões poluentes), significando que estamos cada vez mais a viver de crédito ambiental e a usar os recursos que seriam para as gerações seguintes.

O modelo extrativista de desenvolvimento baseado na sobre-exploração dos recursos naturais é insustentável. A atual crise climática ameaça os ecossistemas do planeta, a biodiversidade e o futuro das próximas gerações.

Também aqui as desigualdades sociais e mundiais compreendem uma dimensão de interdependência com as alterações climáticas. Estudos recentes mostram que a desigualdade de rendimentos a nível mun-

dial é acompanhada de níveis desiguais de emissões de carbono, em que os países e grupos populacionais mais ricos estão, em geral, associados a maiores níveis de emissões (Chancel, 2021). No entanto, frequentemente as populações mais afetadas são as mais vulneráveis. São, por exemplo, os povos indígenas que veem os seus ecossistemas devastados para o aumento das áreas de produção alimentar ou são as populações ribeirinhas e de pequenos estados insulares que veem os stocks de captura de peixe reduzidos e a subida do nível médio das águas a subir e colocar em causa os seus territórios de habitação.

### **3. Sustentabilidade económica: o crescimento económico como solução ineficaz**

No contexto europeu, o final do século XX constituiu uma tomada de consciência face à não erradicação da pobreza e da sua persistência mesmo dentro de sociedades mais ricas. Sessenta anos de crescimento económico contínuo demonstraram que este por si só não é suficiente para garantir níveis aceitáveis de bem-estar para todos os cidadãos (Estivill e Aires, 2007). É a partir da década de 70 que a comunidade europeia começa a dar atenção à pobreza enquanto objeto de política europeia,

lançando em 1975 o primeiro Programa Europeu de luta contra a Pobreza. O estudo de Estivill e Aires (2007) faz um balanço dos caminhos percorridos desde então até 2007 e dos vários programas, projetos piloto, investigações e publicações que sucessivamente tentaram apontar quais as melhores estratégias de combate à pobreza e à exclusão social. Constatam que não houve uma política sistemática de recuperação, capitalização e transmissão dessas aprendizagens, sendo os esforços coletivos para reduzir a



*60 anos de crescimento económico contínuo demonstraram que este por si só não é suficiente para garantir níveis aceitáveis de bem-estar para todos os cidadãos.*

pobreza obrigados continuamente a começar do início e voltar a trilhar caminhos já desbravados. A fórmula “crescer para distribuir” e assim acabar com a pobreza não tem conseguido resultados. A alternativa “distribuir para crescer” poderá ser mais verdade, mas ainda não foi testada de forma coletiva ao nível da União Europeia (Estivill e Aires (2007).

# 3

## **Não basta aliviar os sintomas, está na hora de tratar as causas**

---

**P. 37-39** *Que causas?*

**P. 40-43** *Que estratégias?*

**P. 44-49** *Algumas perspetivas*

Mas quais são afinal as causas da pobreza e das desigualdades? Propomos que se detenha uns minutos para fazer um exercício.

Porque é que as pessoas são pobres?

Que causas?



Depois de, no primeiro capítulo, nos termos debruçado sobre alguns significados e conceitos associados à pobreza e, no segundo capítulo, nos termos confrontado com os factos, as perplexidades e limites de insustentabilidade, este capítulo convida a dar mais um passo para aprofundar o questionamento sobre estes problemas e sobre as formas de o enfrentar. Detenhamo-nos sobre mais um exemplo deste “problema espinhoso”.

Um problema espinhoso

«Robert Chambers, especialista em desenvolvimento rural e metodologias participativas, dá o exemplo da subnutrição infantil. Muitos programas de distribuição de suplementos nutricionais revelaram resultados muito aquém do esperado. Porquê? O problema da má nutrição infantil não resulta apenas de uma dieta deficitária em nutrientes variados. Também é consequência da prevalência generalizada de doenças intestinais crónicas, as quais reduzem a capacidade de absorção de nutrientes. As fracas redes de infraestruturas de saneamento básico contribuem para a proliferação destas doenças. Mas a dificuldade em mudar comportamentos de higiene e saneamento também. É um problema espinhoso (a nossa tradução para wicked problem).

Ao perguntar se “podemos conhecer melhor”, Chambers sugere que só conseguimos enfrentar este tipo de problemas se reconhecermos que participamos na intervenção – como agentes ou sujeitos – e que essa intervenção é um processo coletivo e interativo. Isto significa que, em todas as intervenções, há epistemologias múltiplas, por isso os nossos processos de aprendizagem devem ter isso em conta. A aprendizagem reflexiva é um processo contínuo de questionamento e interação com as realidades operacionais em que intervimos. Permite-nos abandonar a presunção de que as soluções técnicas, muitas vezes preferidas por financiadores e implementadores, são só técnicas e nunca políticas, organizacionais ou distributivas.» (Bernardo e Silva, 2019)

No capítulo anterior, apresentamos um gráfico com a evolução da taxa de risco de pobreza em Portugal (antes e após transferências sociais) desde 1994. Para além de evidenciar a permanência sistemática de elevados níveis deste fenómeno na sociedade portuguesa, esse gráfico demonstra também o elevado poder das políticas públicas na redução ou mitigação deste problema na condição de vida das pessoas. Efetivamente, antes das transferências dos subsídios e apoios públicos diversos (subsídios à família, apoio escolar, apoios às situações de doença ou incapacidade perante o trabalho, Rendimento Social de Inserção, etc.), cerca de 40% da população está em risco de pobreza e, após a transferência, esta percentagem desce para metade, ou seja, valores em torno dos 20%.

As políticas sociais em Portugal, como na União Europeia, foram desenvolvidas tendo por base uma visão sobre a pobreza que também já enunciamos no capítulo anterior. Nas palavras de Aires e Estivill (2007) a fórmula “crescer para distribuir”. Ou seja, a crença de que o crescimento económico iria, por si só, levar ao desenvolvimento do Bem-Estar das populações. Ao emprego seguro, à proteção social, à saúde, à educação.... As últimas décadas têm demonstrado a falência desta solução, como os números e a complexidade destas questões evidenciam. Foi uma fórmula com resultados muito im-

portantes em muitos países europeus depois da Segunda Guerra Mundial, mas o Mundo também mudou muito, a economia mudou, a forma como nos transportamos, comunicamos, os estilos de vida ...

A globalização é claramente uma palavra-chave para descrevermos o contexto em que vivemos hoje. Hoje, mais do que há 50 anos atrás, sabemos que a nossa vida no dia a dia é influenciada por fenómenos que se passam à escala global. Podemos ter maior evidência do que está a acontecer neste momento com a subida rápida dos preços resultante dos impactes da Guerra na Ucrânia? Ou da pandemia de COVID 19 que ainda o ano passado fez confinar cidades, países e regiões em todo o planeta de forma inimaginável? Aliás, sublinhe-se, com efeitos surpreendentes do ponto de vista da capacidade de regeneração dos ecossistemas!

A globalização tem sido um processo que tem acelerado exponencialmente nas últimas décadas, entre outros fatores pelo desenvolvimento tecnológico que permite uma mudança estrutural dos transportes e da comunicação. As redes sociais têm sido um fator chave.

Se pensarmos bem, porém, este processo vem de trás. Quando começou a globalização? Se calhar é difícil responder com

rigor a esta questão. Mas pensemos na nossa história e no nosso imaginário nacional: o que fizeram os nossos navegadores do século XV? África, Brasil, Índia, Macau, Timor.

Certamente que quem nos lê concordará que quem nasce numa família com recursos em qualquer lugar no mundo, tem menor risco de vulnerabilidade de quem nasce sem esses recursos. É certo que também há situações em que as circunstâncias específicas que afetam determinadas pessoas ou famílias, espoletam situações de pobreza. Situações como por exemplo um acidente incapacitante, um divórcio ou o desemprego, que frequentemente envolvem as pessoas em ciclos viciosos de vulnerabilidade. Nos anos de 1970 e 80, falava-se de “novos pobres”, por oposição aos “velhos pobres”, aqueles que herdaram condições indignas de vida dos seus progenitores e, por vezes, de sucessivas gerações familiares.

Mas se pensarmos à escala global, será que a situação é similar entre países? Ou seja, será que os países com mais recursos são também os menos vulneráveis à pobreza e os com menos recursos os mais vulneráveis? Talvez esta comparação não seja tão simples. Talvez tivéssemos que definir recursos... Mas se olharmos pelo prisma do rendimento, ou seja, da riqueza, será que podemos dizer que os países mais ricos

tendem a reproduzir o seu lugar privilegiado na ordem mundial e que os países mais pobres a reproduzir o seu lugar desprivilegiado e vulnerável? E será que não deveríamos refletir sobre como é que os países menos vulneráveis foram acumulando a sua riqueza ao longo da história? Como será que se geraram as desigualdades gritantes que temos hoje entre países?

Estes e outros questionamentos vêm de diversos pontos do globo. Vejamos as perguntas colocadas por Andreotti et al. (2019):

*Como é que a prosperidade material num lado pode ser criada por pobreza noutro lado? Como é que os países pobres (ou melhor, empobrecidos) e as suas populações subsidiam os nossos confortos, seguranças e prazeres? De que forma beneficiamos de exploração, expropriação, destituição? De que forma somos também cúmplices destes processos? Porque não falamos abertamente nestas questões?*

Em causa está a organização estrutural das nossas sociedades e economias e a interdependência das realidades a nível local e nacional com as dinâmicas a nível global, bem como a nossa cumplicidade a nível individual associada aos custos escondidos dos nossos estilos de vida.

## A nossa pegada

**Existem algumas ferramentas que nos permitem ter uma ideia geral de como os nossos padrões de consumo têm custos escondidos e assentam em formas de exploração ambiental e humana.**

**Calculadora da Pegada de Escravidão: [slaveryfootprint.org](http://slaveryfootprint.org)**

**Calculadora da Pegada Ecológica: [www.footprintcalculator.org](http://www.footprintcalculator.org)**

## Que estratégias?

Uma questão chave é, portanto, a de como podemos romper estes ciclos viciosos. Podemos tornar círculos viciosos em virtuosos?

Vimos que as políticas públicas e sociais dos Estados conseguem mitigar até certo ponto as consequências nas pessoas e nas famílias que vivenciam situações de pobreza. Não responder a situações pontuais ou temporárias de emergência e não responder às necessidades das populações em situação de reprodução geracional da pobreza é uma violação dos direitos humanos. Neste sentido, continuar este caminho parece uma necessidade e uma evidência, pois não resolve estruturalmente o problema, mas atenua. Para muitas pessoas e famílias pode ser efetivamente a “tábua de salvação” para iniciar trajetórias de inserção social, para facilitar processos que poderão, com maior ou menor ziguezague, contribuir para criar ciclos virtuosos. Mas é possível ir mais longe.

As estratégias que enfrentam este problema, seguidas por autoridades públicas, por organismos internacionais, por organizações não governamentais e de economia social, pelo setor empresarial e pela sociedade civil em geral, podem ser classificadas em *reprodutivas*, *paliativas*, *preventivas* e *emancipatórias* (Estivill, 2003).



As *estratégias mais reprodutoras* têm por base o argumento da inutilidade dos esforços (“sempre existirão pobres”, “faz parte da condição humana” e de ser “um mal necessário”), sendo sobretudo desencadeadas em resposta às pressões populares, mas no essencial limitando-se a mascarar a realidade.



As *estratégias mais paliativas* (caridade, assistência, filantropia) debruçam-se sobre a mitigação dos sintomas e efeitos mais flagrantes, nomeadamente perante grandes catástrofes (como guerras ou eventos naturais), sendo particularmente mobilizadoras dos comportamentos individuais. Têm um papel relevante para garantir níveis mínimos de subsistência, mas não atuam ao nível das causas dos problemas.



Nas *estratégias de caráter preventivo* já se procura atacar as causas mais imediatas ou aproximar das causas estruturais dos fenómenos (por exemplo, quando o RSI é acompanhado do compromisso de as crianças frequentarem a escola).



Por fim, nas *estratégias mais emancipadoras* visa-se transformar as causas e interpretar e implicar as pessoas nesses processos, com destaque para o protagonismo e para a valorização dos saberes daquelas mais diretamente afetadas.

Quando começamos então a agir mais intensamente nas causas estruturais? Nomeadamente na desigualdade de rendimentos dentro de um mesmo país, nas desigualdades entre homens e mulheres, entre países? Quando experimentamos a fórmula de Estivill e Aires (2007) “distribuir para crescer”?

Para estes autores é importante ter presente os sistemas de relações de poder e questionar o paradigma económico dominante, considerando que o crescimento só faz sentido se estiver ao serviço das pessoas. Combater a pobreza extrema implica questionar se não será também necessário combater a riqueza extrema.

Continua a ser fundamental conseguir ter uma melhor articulação das políticas de combate à pobreza, no sentido de abordagens mais transdisciplinares e intersectoriais, que integrem o conjunto das suas dimensões económicas, sociais, políticas, culturais e ambientais. A *Agenda 2030* das Nações Unidas constitui uma conquista importante nesse sentido, por ser a primeira agenda global e holística de desenvolvimento, adotando um enfoque multidimensional cuja implementação exige medidas de política mais integradas, bem como a integração de esforços de todos os setores

da sociedade: público, empresarial, sociedade civil, cooperação internacional. Também as políticas integrais que se têm destacado sobretudo no contexto Latino-Americano (caso do Plano Brasil Sem Miséria), atuando também ao nível do incentivo à criação de emprego formal, revelam-se particularmente promissoras.

Embora o nosso enfoque esteja sobretudo nas políticas públicas, as nossas atitudes individuais e as dos mais variados atores (administração local, organismos e redes internacionais, organizações não governamentais e de economia social, setor empresarial, organizações empresariais e sindicais, sociedade civil em geral) podem posicionar-se e adotar diferentes estratégias para enfrentar a pobreza e as desigualdades, como nos interpela o quadro seguinte.

## *Nós damos para ajudar os pobres, mas a pobreza prevalece. Porque será?*

### *Caridade vs Transformação*

Grande parte do nosso “dar” limita-se a causas “seguras”, uma vez que apoiamos serviços que proporcionam ajuda imediata ou emergencial, mas não põem em causa o status quo. Os nossos esforços aliviam temporariamente os problemas, mas no final permitem que os sintomas que vemos hoje cresçam amanhã. A filantropia reforça o que é, em vez de trabalhar para o que poderia ser. Ela incide nos sintomas ou resultados imediatos de problemas sociais e económicos, em vez de se centrar nas suas causas profundas. É por isso que os esforços da caridade muitas vezes não conseguem alcançar soluções duradouras.

## *A transformação social abala o status quo*

A transformação social progressiva caracteriza-se por abordar a(s) causa(s) na raiz dos problemas e não a atenuação dos sintomas. Uma vez que o objetivo é a transformação sistêmica, o conflito com aqueles que detêm o poder é muitas vezes inevitável. O poder que as organizações de mudança social trazem à mesa é a sua capacidade de **organização**, de **educação** e de **mobilização**.

## *Como a transformação social acontece*

A transformação social progressiva é profundamente democrática. Pessoas de diferentes origens raciais e étnicas, com diferentes orientações sexuais, diferentes capacidades e de um amplo leque de idades participam no desenvolvimento de soluções criativas para os problemas sociais.

As pessoas individualmente não fazem a transformação, mas quando se unem e formam organizações para desenvolverem o seu poder coletivo, a transformação social pode acontecer. Quando um grande número de **organizações** trabalha em conjunto para um objetivo comum, isso é um **movimento**. Os movimentos fazem a mudança.

Os objetivos da organização para a transformação social são:

- Incidir nas causas profundas, e não nos sintomas.
- Construir respostas coletivas, e não soluções individuais, aos problemas.
- Mudar atitudes, comportamentos, leis, políticas, e instituições para melhor refletir os valores de inclusão, justiça e diversidade.
- Insistir na responsabilização e na capacidade de resposta de instituições como o governo, grandes empresas, universidades.
- Expandir a democracia envolvendo as pessoas mais próximas dos problemas sociais na determinação da sua solução.

Analisar as causas profundas da existência de uma situação é uma diferença fundamental entre caridade e transformação social – no primeiro caso não se pergunta porquê, no segundo sim!

# Exemplos de caridade e transformação

## CARIDADE

## TRANSFORMAÇÃO

Fazer doações a um banco alimentar para fornecer alimentos às famílias com rendimentos mais baixos.

Aumentar o salário mínimo e as oportunidades de trabalho digno para que as pessoas possam comprar os alimentos de que necessitam.

Enviar dinheiro para um abrigo para famílias sem abrigo.

Enviar dinheiro para uma cooperativa/movimento habitacional que trabalha para a habitação a preços acessíveis.

Financiar uma bolsa de estudo para um estudante do ensino secundário frequentar a faculdade.

Financiar uma associação de estudantes para que se possa organizar no sentido de assegurar que o ensino superior seja acessível a todos.

Fazer um donativo para uma campanha televisiva de angariação de fundos para serviços para pessoas com deficiência.

Fazer um donativo para um grupo de pessoas portadoras de deficiência e seus aliados, fazendo pressão para que os seus representantes eleitos tornem os edifícios públicos acessíveis.

Fonte: Cenker et al. 2016, a partir do livro "Robin Hood Was Right, A Guide to Giving Your Money for Social Change" de C. Collins, P. Rogers e J. Garner (W.W. Norton, 2000).

Ao invés de aceitar a pobreza e as desigualdades como inevitabilidades, importa perceber, refletir e atuar criticamente a partir do seu entendimento enquanto constru-

ção social e das suas causas estruturais. Importa contrariar a complacência dominante e socialmente aceite e tomar consciência das nossas responsabilidades a nível indi-

vidual, mas sobretudo coletivo, do nosso poder coletivo para produzir mudança social no sentido de uma sociedade mais justa e igualitária.

## Algumas perspectivas

Aproximarmo-nos, assim, da proposta da EDCG. A tabela seguinte ilustra algumas das perspectivas que coexistem hoje para explicar e compreender as causas da pobreza e da desigualdade, sistematizando-as de forma simplificada com o objetivo de fomentar a discussão e reflexão.

*E perante estes olhares sobre a pobreza, qual é a sua posição?*

*O que pensa dos diferentes argumentos?*

PERSPETIVA	(NEO)LIBERAL
Problema	Fome, carências materiais, “atraso”
Natureza do problema	Indivíduo, falta de esforço/vontade/ capacidade
Justificação para a existência de posições privilegiadas (no Norte e no Sul)	Ineficiência económica; superioridade-inferioridade
Base para preocupação	Custos/prejuízos sociais; ameaça ao nosso próprio bem-estar e segurança
Motivos para agir	Económicos (com base em princípios ego e etnocêntricos)
Compreensão da interdependência	Narrativa única de desenvolvimento e de evolução da humanidade

## EDCG SOFT

## EDCG CRÍTICA

## EDCG DE OUTRA FORMA

Pobreza, desamparo

Desigualdade/injustiça

Colapso eco-social

Carência de ‘desenvolvimento’, educação, recursos, competências, cultura, tecnologia, etc.

Estruturas complexas, sistemas, suposições, relações de poder e atitudes que criam e mantêm a exploração e o enfraquecimento forçado e tendem a eliminar diferença

Contradições e hábitos nocivos da existência humana, (neo)colonialismo; negações socialmente aceites: da violência sistémica e cumplicidade perante a mesma; dos limites do planeta; da nossa interdependência metabólica

‘Desenvolvimento’, ‘história’, educação, trabalho mais árduo, melhor organização, melhor uso de recursos, tecnologia

Benefício e controlo dos sistemas e das estruturas injustas e violentas

Dependência do sistema atual do crescimento exponencial e consumismo

Humanidade comum/ser bom/partilha e cuidado. Responsabilidade PELO outro (ou para ensinar o outro).

Justiça/cumplicidade nos problemas. Responsabilidade PARA COM o outro (ou para aprender com o outro) – accountability

Insustentabilidade, colapso. Responsabilidade por todos os seres humanos e não humanos (não dependente de vontades, escolhas, convicções ou conveniência)

Humanitários/morais (com base em princípios normativos para o pensamento e para a ação)

Políticos/éticos (com base em princípios normativos para as relações)

Humanos e trans-humanos

Estamos todos interligados de forma igual, todos queremos as mesmas coisas, todos podemos fazer as mesmas coisas

Globalização assimétrica, relações de poder desiguais, elites do Norte e do Sul impõem as suas próprias ideias como universais

Somos cúmplices na raiz do problema (custos escondidos dos nossos estilos de vida) – Responsabilidade visceral por tudo

PERSPETIVA	(NEO)LIBERAL
O que é necessário mudar?	Os indivíduos, públicos-alvo
Para quê?	Torná-los capazes, empregáveis, empreendedores
Papel dos indivíduos 'comuns'	Disciplina, mérito, compaixão
O que as pessoas podem fazer?	Ajuda material; apoiar ações de caridade/ assistencialismo
Como é que a mudança acontece?	Competição, leis de mercado
Princípio básico para a mudança	Progresso; visão linear da realidade

Fonte: Elaboração própria a partir de Andreotti, 2014; Andreotti et al., 2019; Mesa, 2014. Em particular, a perspetiva "de outra forma" resulta diretamente da proposta "Global Citizenship Otherwise" desenvolvida pelo coletivo *Gesturing Towards Decolonial Futures* (Andreotti et al., 2019).

**EDCG SOFT****EDCG CRÍTICA****EDCG DE OUTRA FORMA**

Estruturas, instituições e indivíduos que são uma barreira ao desenvolvimento

Estruturas, sistemas (de crenças), instituições, pressupostos, culturas, indivíduos, relações

Sentir, imaginar, relacionar de forma diferente com tudo fora e dentro de nós; interromper padrões de consumo, insegurança, estilos de vida

Para que todos atinjam o desenvolvimento, a harmonia, a tolerância e a igualdade.

Para que as injustiças sejam trabalhadas, para a criação de bases de diálogo mais iguais e para que os indivíduos tenham mais autonomia na determinação do seu próprio desenvolvimento

Gerar e aprender novas possibilidades e políticas de existência a partir do sistema atual em colapso – possibilidades que são viáveis mais impensáveis dentro dos nossos quadros atuais

Alguns indivíduos são parte do problema, mas qualquer pessoa pode ser parte da solução uma vez que pode fazer pressão para a mudança de determinadas estruturas

Somos todos parte do problema e parte da solução

Interdependência metabólica e radical

Apoiar campanhas para mudar as estruturas, doar tempo, conhecimento e recursos

Analisar a sua própria posição/contexto e participar na mudança de estruturas, ideias, identidades, atitudes e relações de poder no seu próprio contexto

Recalibrar o seu compasso vital para se conectar com e como parte do metabolismo do nosso planeta; relacionar de forma diferente através de uma ternura radical

Do exterior para o interior (mudança imposta)

Do interior para o exterior

Múltiplas camadas, incluindo o nível existencial e político para fazer emergir possibilidades adjacentes

Universalismo (visão não-negociável para compreender como todos devem viver e o que todos devem querer ou ser)

Reflexividade, diálogo, contingência e relação ética para compreender a diferença (alteridade radical)

Relacionar com o mundo como um encontro (e não mais pelo consumo)

Fonte:  
Instituto Marquês  
de Valle Flor.

## Campanha #GoEAThical – A nossa alimentação, o nosso futuro!

O que é que a nossa alimentação tem a ver com pobreza e desigualdades? Como é que uma refeição pode transmitir as relações de interdependência que se estabelecem a nível local e global?

A Campanha pan-europeia #OurFood.OurFuture promove um desenvolvimento mais justo, digno e sustentável, colocando jovens a questionar qual a origem dos alimentos que consomem, e de que forma é que a indústria agroalimentar perpetua um sistema desigual à escala mundial.

“Condições de vida desumanas” | “Violência sexual e de género” | “Precariedade” | “Trabalho infantil e trabalho escravo” – Estes são os ingredientes invisíveis que se escodem atrás do atual sistema alimentar global. Erradicar a pobreza e diminuir as desigualdades dentro e entre países é também consumir de forma mais consciente, sustentável e ética. A EDCG dá-nos essas ferramentas.

PERSPETIVA	(NEO)LIBERAL
Objetivo da EDCG	Desenvolver o capital humano, conhecimento e capacidade das pessoas
Estratégias para EDCG	Paliativas e pontuais; “apadrinhamento” – foco nos problemas individuais sem abordar o contexto social e as causas estruturais; Enfoques que promovem o conhecimento unidirecional e acrítico.
Potenciais benefícios da EDCG	Aliviar os sintomas
Potenciais problemas	Paternalismo/neocolonialismo; separação de “nós” e dos “outros”; reprodução das desigualdades

## EDCG SOFT

Capacitar os indivíduos para a ação (ou para se tornarem cidadãos ativos), de acordo com uma definição prévia do que são boas condições de vida e do que é um mundo ideal

Sensibilização para as questões globais e promoção de campanhas

Maior consciência para alguns problemas, apoio a campanhas, maior motivação para ajudar/fazer alguma coisa (participar), sentir-se bem

Sentimentos de auto-importância, presunção e de supremacia cultural, reforço dos pressupostos e das relações coloniais e reforço da alienação parcial e da ação acrítica

## EDCG CRÍTICA

Capacitar os indivíduos para a reflexão crítica sobre os legados e os processos das suas culturas, para imaginarem soluções futuras diferentes e para assumirem responsabilidade sobre as suas decisões e ações

Promoção do compromisso com as questões e perspetivas globais e o estabelecimento de uma relação ética para a diferença, considerando a complexidade do sistema e as relações de poder desiguais

Pensamento crítico, independente e informado e ação ética e responsável

Culpa, conflito interno e externo, marasmo, quebra do compromisso por fomento de visão crítica, sentimento de desamparo. Riscos associados à confrontação de ideias de rutura com familiares ou com a comunidade e sociedade em geral (em casos, extremos riscos de morte como o caso de jornalistas que expõem situações críticas em contexto de regimes não democráticos)

## EDCG DE OUTRA FORMA

Desenvolver a inteligência metabólica, quebrar padrões; mudar o sistema

Desenvolver práticas de atenção, intenção e sintonia com o metabolismo vivo mais amplo do qual fazemos parte

Aprendizagens mais profundas através de experimentação, improvisação e reflexividade coletivas

Ausência de uma aplicação prática imediatista; capacidade de abraçar a complexidade e responsabilidade sem desmoronar; necessidade de reflexividade e disponibilidade para aprender com respostas conscientes e inconscientes e com o porvir

# 4

## O que está ao meu alcance fazer?

---

**P. 52-53** *Roteiro autorreflexivo pela lente de EDCG*

**P. 54-55** *EDCG para agentes municipais e da sociedade civil*

**P. 56-57** *EDCG para a sociedade em geral*

*Neste último capítulo, convidamos o/a leitor/a a dar mais um passo para olhar e enfrentar a pobreza na sua complexidade.*

*Se percorreu este caminho até aqui, fê-lo a partir de uma proposta de itinerário de aprendizagem para a Educação para o Desenvolvimento e Cidadania Global (EDCG).*

## Sabe o que é a EDCG?

A EDCG “visa a consciencialização e a compreensão das causas dos problemas do desenvolvimento e das desigualdades a nível local e mundial, num contexto de interdependência e globalização, com a finalidade de promover o direito e o dever de todas as pessoas e de todos os povos a participarem e contribuírem para um desenvolvimento integral e sustentável.” (ME, 2016).

A EDCG tem feito um caminho muito relevante na sociedade portuguesa desig-nadamente com a Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento (ENED), com os referenciais de educação para os vários ciclos de ensino e com o trabalho desenvolvido por Organizações da Sociedade Civil, ONGD e Instituições de Ensino Superior junto dos mais variados públicos.

Saber mais: Consulte a [Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento](#) (ENED) e a [Ficha Temática de Educação para o Desenvolvimento e Cidadania Global](#) da PPONGD.

A EDCG pretende ser um processo de aprendizagem ao longo da vida, portanto não limitado aos espaços de educação formal ou não formal, orientado para o desenvolvimento de pensamento crítico e reflexivo, entendido como algo mutável e sempre em construção.

Esse olhar crítico, problematizador e de reconhecimento das múltiplas interdependências (entre o local e o global, entre nós e os outros, entre o humano e o não humano) é algo que se desenvolve ao longo de uma temporalidade longa e que pode ser aplicado a qualquer problemática. No caso da pobreza, este olhar radica na identificação de desigualdades sistémicas, a nível local, nacional e global. Radica ainda na capacidade de reconhecer a nossa cumplicidade individual e coletiva com o problema e no comprometimento de nos relacionarmos mais amplamente com o mundo nas suas múltiplas interdependências, e com a ideia de que a luta contra a pobreza num determinado lugar significa lutar contra a pobreza e as desigualdades à escala global, em benefício mútuo de todos os seres humanos e do planeta.

# Roteiro Autoreflexivo pela lente de EDCG

+ *Questões orientadoras para olhar, pensar e agir perante a pobreza*



Em cima, apresenta-se um percurso autorreflexivo para apoiar qualquer pessoa ou organização, a questionar o seu olhar, pensar e agir perante o fenómeno e as realidades específicas da pobreza e desigualdades.<sup>6</sup>

## Processo de Aprendizagem

- + Como é que a educação pode contribuir para a criação/ reprodução da pobreza ou para a sua erradicação?
- + Como promover processos horizontais e contínuos de co-construção de conhecimento com a implicação de todas as pessoas e organizações?
- + Como reforçar a capacidade de memória e de retenção, capitalização e transmissão de aprendizagens em prol dos esforços coletivos para a erradicação da pobreza?

## Pensamento Crítico

- + Estamos a analisar a realidade da pobreza de forma integrada?
- + De que forma somos parte do problema?
- + Que questões importantes não estamos a colocar?
- + Que diferentes perspetivas e abordagens estão em jogo?
- + O que nos dizem e escondem os indicadores mobilizados sobre as visões de pobreza e abordagens subjacentes?
- + Como enfrentar a complexidade e multidimensionalidade da pobreza numa perspetiva dialética de transformação social?

## Experimentação e Participação

- + Como promover a participação e criar condições para que as pessoas que experienciam a realidade de pobreza se sintam seguras para participar a fazer ouvir a sua voz?
- + Como gerar e experimentar novas possibilidades e políticas de existência impensáveis dentro dos nossos quadros atuais para superar o colapso ecosocial?
- + Como podemos integrar nas nossas abordagens outros saberes, outras linguagens, a arte, a natureza?

## Alteridade e Interdependência

- + Como promover empatia e a responsabilidade por todos os seres humanos e pelo planeta?
- + Como reconhecer e valorizar a diferença e interdependência entre “eu” e “os outros”?
- + Como é que os países e populações em situação de pobreza subsidiam os nossos confortos, seguranças e prazeres?
- + De que forma beneficiamos e somos cúmplices de processos de exploração, expropriação, destituição?
- + Como a luta contra a pobreza se articula com a agenda da sustentabilidade ambiental?

<sup>6</sup> Roteiro inspirada no projeto *Escolas Transformadoras* e nas suas “Dimensões-chave de análise de práticas de EDCC” e nos desenvolvimentos mais recentes do campo com base nos trabalhos de Andreotti e do coletivo *Gesturing Towards Decolonial Futures*. (Andreotti et al. 2019).

**Ética**

Contribuir para o fortalecimento de valores democráticos, designadamente convocando diferentes vozes, e assegurando representatividade de género e interseccional nos seus processos de auscultação, decisão e intervenção (sem, contudo, tornar as pessoas em totem, em que convocamos sempre as mesmas pessoas que têm o peso de representar uma comunidade inteira, como acontece constantemente com pessoas negras, com deficiência, etc.)

**Transformação Social**

Procurar compreender e enfrentar as causas sistémicas da pobreza e as relações de poder e desigualdades que lhe são subjacentes.

Equacionar outros modelos económicos possíveis.

**Organização Coletiva**

Promover a cooperação entre atores, organizações, departamentos dentro da organização, fomentando abordagens transversais, em rede, transdisciplinares, intersectoriais (a pobreza não é só um assunto do pelouro de ação social).

Permitir a temporalidade mais lenta associada aos processos de trabalho em rede e parceria, alimentando continuamente esses processos e a dialética entre o nível pessoal e institucional.

**Territorialidade**

Valorizar e fomentar a proximidade às pessoas nas várias situações de pobreza existentes no território e às instituições do território, promovendo processos de construção coletiva com as mesmas (práticas, conteúdos, conhecimentos, etc.).

Promover que as suas organizações sejam inclusivas e integrem grupos subrepresentados, nomeadamente nos processos de recrutamento de recursos humanos e contratação de prestadores de serviço.

Apostar em atividades e serviços que estejam próximos, acessíveis e integrados na realidade social em que estão situados.

## EDCG para agentes municipais e da sociedade civil

O papel de técnicos municipais, OSC e ONGD, é fundamental enquanto profissionais de terreno que conhecem de perto a realidade da pobreza. Do mesmo modo, o papel destes profissionais e organizações é fundamental para promover um forte envolvimento e participação da sociedade e, em particular, das pessoas que vivem em situação de pobreza.

## Processo de Aprendizagem

Reforçar a capacidade de memória, transmissão e mobilização do conhecimento dos/as profissionais no terreno, que deve servir para propor, decidir e intervir.

Apostar num trabalho de informação e sensibilização para a transformação social.

## Pensamento Crítico

Adoptar uma olhar interseccional, recolhendo dados desagregados e interseccionais (género, nacionalidade, origem étnico-racial, classe social, idade, etc.) para fundamentar as suas análises e abordagens.

## Experimentação e Participação

Consolidar mecanismos de governação e estratégias de empowerment e participação, criando condições para que as pessoas se sintam seguras para participar, incluindo aquelas em situação de pobreza.

Experimentar respostas inovadoras e criativas.

## Alteridade e Interdependência

Reconhecer e valorizar e integrar as múltiplas identidades e formas de olhar e de pensar sobre a realidade da pobreza.

Promover contextos de interação entre desiguais (por exemplo, encontros entre autarcas e pessoas em situação de pobreza).

Estabelecer de forma sistemática e evidenciada uma ativa ligação entre a luta contra a pobreza e outras agendas, com destaque para a da sustentabilidade ambiental.

## Dimensões de EDCG

A pobreza e desigualdades, enquanto problema estrutural, são uma responsabilidade coletiva que exige o comprometimento de todos individual e, sobretudo, coletivamente: entidades governamentais a nível local, nacional e internacional; setor empresarial; órgãos de comunicação social; organizações da sociedade civil; sociedade em geral.

Aqui são apresentados alguns exemplos de aplicação do roteiro inicialmente proposto, considerando dois grupos em particular: os profissionais e voluntários que desenvolvem a

sua atividade em ONGD e organizações da sociedade civil em geral ou em organismos municipais; a população em geral. O objetivo não é ser exaustivo nem encerrar a resposta às questões enunciadas, mas simplesmente contribuir para elucidar como o roteiro pode servir para diferentes processos de autoquestionamento e reflexividade. O objetivo é terminar renovando o convite com que iniciamos este estudo, instigando cada pessoa a partir da sua experiência, individual e coletiva, e desafiar-se a refletir, dialogar, aprender e contribuir para enfrentar os desafios coletivos com que nos confrontamos.

**Ética**

Fomentar relações sociais mais justas, democráticas e equitativas.

Estar atento e denunciar situações de violação de direitos humanos.

**Transformação Social**

Questionar as relações de poder e os paradigmas e modelos existentes na sociedade.

Ter uma participação política ativa, votando de forma consciente nos/as nossos/as representantes e exercendo pressão no sentido de políticas mais justas a nível local, nacional e global.

**Organização Coletiva**

Organizar-se coletivamente e unir-se em torno dos esforços coletivos de luta contra a pobreza e mudança sistémica.

**Territorialidade**

Participar ativamente na luta contra a pobreza através de ações de voluntariado e outras formas de participação junto de organizações do seu território.

**Processo de Aprendizagem**

Aprender a perceber os efeitos e limites das suas perspetivas, procurando desenvolver novos quadros cognitivos, narrativas e representações com base numa visão sistémica do mundo.

Aprender a desenvolver uma perspetiva interseccional sobre a realidade.

Estar aberto/a a um processo contínuo de aprendizagem ao longo da vida.

## EDCG para a Sociedade em geral

Tendo em conta as várias causas estruturais e interdependentes da pobreza, a transformação social necessária à sua erradicação depende também do comprometimento de todos os cidadãos e cidadãs, que podem contribuir de diferentes formas, designadamente apropriando-se da EDCG para reforçar o seu olhar crítico e reflexivo sobre a realidade.

Pensamento Crítico

Experimentação e Participação

Alteridade e Interdependência

Dimensões de EDCG

Procurar informar-se e aprofundar o seu conhecimento sobre a realidade, recorrendo a fontes variadas e também diferentes dos pares;

Observar e refletir sobre as diferentes manifestações de pobreza e a suas causas e efeitos e desenvolver o nosso posicionamento com base em argumentos rigorosos, claros;

Questionar generalizações e estereótipos disseminados sem factos credíveis que os suportem, não reproduzindo discursos desinformados e inversamente, procurando rebatê-los com argumentos apoiados em factos.

Manifestar-se junto das instâncias e estruturas de participação existentes, numa lógica de cidadania ativa.

Procurar entender como nós também somos cúmplices e parte do problema e das suas causas, na medida em que os nossos estilos de vida, confortos, seguranças e prazeres têm custos escondidos em grande parte suportados por países e populações em situação de pobreza.

Trabalhar a empatia, o respeito, a escuta e olhar atento, a sintonia em relação a todos os seres humanos, independentemente da sua origem e das suas opções, com especial atenção às pessoas mais marginalizadas e frequentemente invisíveis aos nossos olhos.

Fonte:  
Par – Respostas Sociais.

## Projeto DARE – Day One Alliance for Employment

Porque o emprego (ou a falta dele) está diretamente relacionado com situações de pobreza que, por sua vez, perpetuam um sistema desigual a vários níveis, o DARE – Day One Alliance for Employment envolve jovens NEET (que não estudam nem trabalham), com o objetivo de desenvolver competências pessoais, sociais e profissionais de forma a minimizar as consequências negativas do desemprego juvenil, orientando-os e apoiando-os em diversos níveis, numa perspetiva de alcance da melhoria da sua qualidade de vida.

A EDCG e as suas metodologias participativas têm aqui um papel essencial para capacitar jovens no seu processo de planeamento de carreira, desenvolvimento de competências de empreendedorismo e validação da aprendizagem, aumentando assim as suas oportunidades de emprego.

Combater o desemprego jovem de longa duração, encorajar pessoas a retomar a procura ativa de trabalho, devolver a dignidade que um emprego confere a mulheres cuidadoras, adultos incapacitados e a minorias étnicas também é contribuir para a redução das desigualdades.

# Referências

Amnistia Internacional (2011). Pobreza e Direitos Humanos. Londres: Amnesty International Ltd. Disponível em: [https://sites.amnistia.pt/educacao/wp-content/uploads/sites/37/2020/06/Manual\\_Pobreza.pdf](https://sites.amnistia.pt/educacao/wp-content/uploads/sites/37/2020/06/Manual_Pobreza.pdf)

Andreotti, V. (2014). Educação Para a Cidadania Global - Soft versus Critical. Revista Sinergias, 1.

Andreotti, V., Stein, S., Suša, R., Čajkova, T., d'Emilia, D., Jimmy, E., Calhoun, B., Amsler, S., Cardoso, C., Siwek, D. (2019). Global Citizenship Otherwise Study Program. Gesturing Towards Decolonial Futures. Disponível em: <https://decolonialfutures.net/portfolio/global-citizenship-education-otherwise/>

Andreotti, V. e Souza, L.M. (2008). Learning to read the world through other eyes. Derby, UK: Global Education. Disponível em: <https://developmenteducation.ie/resource/learning-to-read-the-world-through-other-eyes/>

Bernardo, L.P. e Ana Luísa Silva, A.L. (2019). Pensar, fazer e melhor aprender: promover a inovação inclusiva para o desenvolvimento sustentável. Revista da Plataforma Portuguesa das ONGD, nº. 19. Disponível em: [https://issuu.com/plataformaongd/docs/xix\\_revista\\_da\\_plataforma](https://issuu.com/plataformaongd/docs/xix_revista_da_plataforma)

BCFN (2012). Eating in 2030: trends and perspectives. Barilla Center for Food and Nutrition. Available at:

Centre for Analysis of Social Exclusion (CASE) (2022). Annual Report 2021. The London School of Economics and Political Science. Disponível em: <https://sticerd.lse.ac.uk/dps/case/cr/casereport142.pdf>

Castro, A. (coord.), Costa, S., Santos, M., Antunes, M.J.L., Guerra, I. (2012). A cidade incerta. Barómetro do Observatório de Luta Contra a Pobreza na Cidade de Lisboa. Porto: EAPN Portugal.

Center, M., Hadjivasilou, L., Marren, P., Rooney, N. (2016). Development Education in Theory and Practice: An Educator's Resource. UNIDEV. Disponível em: <https://developmenteducation.ie/resource/development-education-in-theory-and-practice-an-educators-resource/>

Chancel, L. (2021). Climate change & the global inequality of carbon emissions, 1990-2020. Paris: World Inequality Lab.

Cortez, R. (2021). Os mundos e fundos do RSI (II): sair do poço. Setenta e Quatro, 13 de julho de 2021. Disponível em: <https://setentaquatro.pt/reportagem/os-mundos-e-fundos-do-rsi-ii-sair-do-poco>

Costa, F.B. (2002). Garis: um estudo de psicologia sobre invisibilidade pública. Dissertação de Mestrado. Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

Crenshaw, K. (2020). She Coined the Term 'Intersectionality' Over 30 Years Ago. Here's What It Means to Her Today. Entrevista por Katy Steinmetz. Revista Time, 20 de fevereiro 2020. Disponível em: <https://time.com/5786710/kimberle-crenshaw-intersectionality>

Diogo, F. (coord.) (2021). A Pobreza em Portugal: Trajetos e Quotidianos. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Duffy, K. (2020). O que é a pobreza e como combatê-la. EAPN Explainer. Disponível em: <https://www.eapn.pt/documento/671/o-que-e-a-pobreza-e-como-combate-la>

EAPN (2016). A Pobreza e a Exclusão social: um olhar na primeira pessoa. EAPN Portugal. Disponível em: <https://participacao.eapn.pt/wp-content/uploads/2014/07/A-Pobreza-e-a-Exclus%c3%a3o-Social-Um-olhar-na-Primeira-Pessoa-Completo-Final.pdf>

Estivill, J. e Aires, S. (2007). De Lisboa 2000 a Lisboa 2007: regresso ao futuro. Porto: Rede Europeia Anti-Pobreza.

Estivill, J. (2003). Panorama da luta contra a exclusão social. Conceitos e estratégias. Genebra: Bureau Internacional do Trabalho/ STEP Portugal.

Gomes, M., & Martinho, A. L. (2021). The social disintegration from a mixed approach of quantitative and qualitative analysis. Revista Nacional de Administración, 12(2), e3773. <https://doi.org/10.22458/rna.v12i2.3773>

ME. (2016). Referencial de Educação para o Desenvolvimento. Ministério da Educação. Disponível em: [https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/ECidadania/educacao\\_desenvolvimento/Documentos/referencial\\_de\\_educacao\\_para\\_o\\_desenvolvimento.pdf](https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/ECidadania/educacao_desenvolvimento/Documentos/referencial_de_educacao_para_o_desenvolvimento.pdf)

Mesa, M. (2014). Precedentes y evolución de la educación para el desarrollo: un modelo de cinco generaciones. Revista Sinergias, 1.

ODSlocal (2022). Plataforma Municipal dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: <https://odslocal.pt>

Ordway, D.M. e Bryant, H. (2018). Covering poverty: What to avoid and how to get it right. The Journalist's Resource. 4 de setembro de

2018. Disponível em: <https://journalistsresource.org/economics/covering-poverty-avoid-get-right>

Oxfam (2022). Profiting from pain. Oxfam Media Briefing, 23 de maio de 2022. Disponível em: <https://oi-files-d8-prod.s3.eu-west-2.amazonaws.com/s3fs-public/2022-05/Oxfam%20Media%20Brief%20-%20EN%20-%20Profiting%20From%20Pain%20C%20Davos%202022%20Part%202.pdf>

PNUD (2020). Relatório do Desenvolvimento Humano de 2020. A próxima fronteira: O desenvolvimento humano e o Antropoceno. Disponível em: [https://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2020\\_pt.pdf](https://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2020_pt.pdf)

Rodrigues, C.F. (2022). Portugal Desigual – um retrato das desigualdades de rendimentos e da pobreza no país. Fundação Francisco Manuel dos Santos. Disponível em: <https://portugaldesigual.ffms.pt>

Rodrigues, C.F., Figueiras, R. e Junqueira, V. (2016). Desigualdade do Rendimento e Pobreza em Portugal: As Consequências Sociais do Programa de Ajustamento, FFMS.

Wilkinson, R. e Pickett, K. (2010), O Espírito da Igualdade: por que razão sociedades igualitárias funcionam quase sempre melhor. Lisboa: Presença.



julho 2022

**Estudo Formativo ED-Comunicar:** do Conhecimento à Mobilização

**AUTORIA** Associação A3S

**Carlota Quintão**

**Joana Marques**

**PARCERIAS**

Coordenador: **ADRA Portugal**

**AIDGLOBAL**, Associação Par - Respostas Sociais, Fundação Cidade de Lisboa, Fundação Gonçalo da Silveira, Instituto Marquês de Valle-Flôr, Mundo a Sorrir e Rosto Solidário.

**COFINANCIAMENTO**

Camões | Instituto da Cooperação e da Língua, I.P.

**DESIGN GRÁFICO**

Ridesign

